



Arquitetura solidária: Recuperando prédios e vidas abandonadas

RESTAURANTE POPULAR E CASA DE PASSAGEM EM FLORIANÓPOLIS

Arquitetura solidária: Recuperando prédios e vidas abandonadas

RESTAURANTE POPULAR E CASA DE PASSAGEM EM FLORIANÓPOLIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Orientador: Carlos Eduardo Verzola Vaz
Acadêmica: Carolina Campos Freire

Florianópolis, 2019.

1.Introdução

1.1. Apresentação

Dentro das diversas questões que abrangem a compreensão e execução da arquitetura, uma em especial sempre me chamou atenção, mesmo antes de ingressar no curso. O direito à habitação está descrito na Constituição, no entanto, na prática ele não pode ser garantido à todos. Existe uma parcela da população que é tomada como invisível pela maior parte do restante. Essa população é a população em situação de rua.

A abordagem do tema, de cunho extremamente social, me pareceu pertinente desde o início deste trabalho, porque é uma realidade e como tal, não deve ser ignorada. A intenção deste projeto é a de criar meios de promover o acesso à uma vida fora das ruas, assim como a de permitir que esta população tenha voz, possa expor suas histórias através da expressão individual, social, artística, etc. E, principalmente, a intenção deste projeto é de quebrar as barreiras entre esta população e o resto da sociedade, e com isto integrá-las.

Para que estes objetivos possam ser cumpridos, diversos estudos considerando o histórico desta população, suas características principais, os espaços que ocupam na cidade, sua relação com o resto da cidade, os equipamentos disponíveis na cidade de Florianópolis para o atendimento desta população, e as melhores estratégias de integração com o restante da população foram realizados.

1.2. MOTIVAÇÃO - O despertar

A constante indiferença e segregação com relação à população em situação de rua pela maior parte da sociedade, assim como a grande falta de empatia e humanidade e a violência diante dos mesmos, somados a vontade de intervir e mudar essa realidade foram as principais motivações para o início desse Trabalho de Conclusão de Curso. Outra grande motivação para a execução deste trabalho é a intenção de expor para o público geral, os indivíduos em situação de rua como o que são: nossos semelhantes. A humanização da imagem dessas pessoas, buscada através da revelação de suas histórias é outra grande motivação e objetivo a ser alcançado através deste trabalho.

1.3. PROBLEMÁTICA - A indiferença

Como evidenciado anteriormente, este trabalho busca estudar e expor a questão relacionada às pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis. No entanto, para chegarmos no assunto em específico, é necessário primeiro construirmos a visão geral sobre o que acontece no Brasil com relação à essa população. Para isso, foi pesquisado o panorama geral no país, as políticas adotadas em outros estados, as similaridades entre esses indivíduos e as suas necessidades.

Acerca do assunto podemos perceber inicialmente alguns pontos comuns que entram em destaque quando se tratando da população em situação de rua. São esses pontos: a exclusão e indiferença quanto a esses indivíduos pela grande maioria da sociedade, assim como o preconceito da mesma; a falta de segurança das ruas; a vulnerabilidade desses indivíduos em relação às intempéries e à violência alheia; a presença de uma arquitetura urbana que acaba por hostilizar a ocupação dos espaços e a carência de locais para se manter a higiene pessoal e realizar as necessidades fisiológicas, assim como a falta de afeto encontrada nas ruas.

Podemos dizer que a perspectiva comum quando se tratando de pessoas em situação de rua é a estigmatização das mesmas: são tratadas com receio e cautela pela maior porção da sociedade, isso quando não são ignoradas, tidas como parte do cenário urbano: um papelão no chão com um corpo deitado, tudo se funde em uma "coisa" só.

1.4. OBJETIVO

Esse projeto busca estudar a situação dos moradores de rua da grande Florianópolis. As indagações iniciais se dão em relação a: Quem são essas pessoas? Quais suas histórias? Do que precisam? Porque estão na rua? Possuem o desejo de mudar sua realidade atual? Esses e tantos outros questionamentos surgem quando abordamos o tema.

Em 2016 foi lançado o Projeto Contagem da População em Situação de Rua, que apontou o número de pessoas que se encontra na rua e qual o perfil dos entrevistados. O estudo concluiu que dentre os indivíduos em situação de rua aqueles que não contam com algum tipo de abrigo da Prefeitura se encontram em maior porcentagem no centro da cidade. Naquela época, o estudo apontou que o número das pessoas em situação de rua em Florianópolis era de 421, o objetivo do estudo era mapear onde estão essas pessoas na cidade, onde passam o seu tempo e assim buscar alternativas de auxílio e atendimento a essa população.

O projeto aqui apresentado se assemelha na intenção de buscar maior conhecimento sobre esses indivíduos e apresentar uma alternativa de auxílio, porém através de medidas o mínimo assistencialistas possível. Também procura-se trazer a humanização, restauração da dignidade e o auxílio na reintegração à sociedade e a recuperação desses indivíduos quando conveniente e necessário. É importante ressaltar que essa proposta tem por objetivo ajudar e encaminhar aqueles que querem ser atendidos, não sendo obrigado a participar o indivíduo que não tiver interesse.

1.5. METODOLOGIA

A metodologia aplicada a este trabalho consiste principalmente no estudo de bibliografias e referenciais de projeto que se aplicam aos temas "população em situação de rua", "casa de passagem", "estigma", "população de rua em Florianópolis", "restaurante popular", "manifestações artísticas da população em situação de rua".

Através do estudo dos tópicos citados, e com a Orientação do Professor Carlos Eduardo Verzola Vaz, e consulta à profissionais da área do serviço social, psicologia e com base em experiência própria obtida através do trabalho voluntário no Projeto Resgate Floripa - Abraçar, que é responsável pela confecção e distribuição de marmitas para a população em situação de rua todas as quartas-feira à noite em frente à Catedral é que fui capaz de desenvolver o projeto que será apresentado neste caderno.

Além disso contei com a consulta ao Plano Diretor da cidade de Florianópolis, assim como legislações referentes à população em situação de rua, dados demográficos, normas de segurança, entre outros arquivos de importância essencial na concepção do projeto e nas decisões tomadas com relação ao mesmo.

MORADOR,
DE RUA, NÃO É
LIXO, NÃO É
BICHO. É SER HUMANO

10 ANOS
DE IMPUN
TATE

OPAS

ÃO

Li

ie

2. Reflexão Teórica

2.1. ARQUITETURA HOSTIL - A cidade contra as pessoas

O termo arquitetura hostil se refere a uma realidade que já existe desde o nascimento das cidades, mas que vem sendo cada vez mais observada no desenho urbano das cidades atuais e acaba por ditar o caráter do espaço público. Ao prestarmos atenção nos aspectos dessa arquitetura, podemos perceber sua natureza extremamente regrada, avessa aos usos que não cumprem seu propósito, dentre eles, o uso dado pela população em situação de rua. Com relação aos moradores de rua, a arquitetura hostil é polêmica por retratar uma realidade na qual é preferível investir em meios de "higienizar" o espaço público e impossibilitar a ocupação pela população em situação de rua, do que investir em ajudar a mesma.

Ela deixa bem clara a visão que prevalece dentro da cidade: a exclusão, indiferença e negação de uma população sem recursos. A existência dessa prática beira ao desumano. Para a arquitetura hostil, a população de rua não é vista como cidadã, e desse modo, tende a negar seu direito à cidade por considerar a prática de ocupação dos espaços públicos como desagradável e inadequada. De modo irônico, resulta por gerar o desconforto na cidade não apenas para os moradores de rua, mas para os outros usuários do espaço público no geral, ao colocar "spikes" que impedem a apropriação de locais que poderiam servir de descanso, a prática de gotejamento a cada tantos metros de coberturas em marquise, entre outras medidas que buscam hostilizar o morador de rua e passam por hostilizar a cidade por inteiro.

Desse modo, a arquitetura hostil, anti indivíduos em situação de rua que temos nos dias de hoje, tende a gerar uma maior vulnerabilidade dessa população e a criar o ideal de "controle" dos espaços públicos por aqueles que vêem o morador de rua como uma ameaça ou o associam ao perigo nas cidades.

Uma das grandes críticas sobre a arquitetura hostil é que ela costuma vir mascarada com uma proposta enquanto que sua verdadeira função é outra: a de deter comportamentos indesejados no espaço urbano. Em Florianópolis, podemos observar alguns exemplos de arquitetura hostil, o mais claro deles são os pontos de ônibus, com bancos formados por dois grandes cilindros espaçados, que não apenas impossibilita o uso por moradores de rua, como também é desconfortável para quem cumpre com o seu uso proposto.

Ao criarmos maior consciência sobre a arquitetura hostil e passarmos a observar com olhos críticos, iremos perceber que ela está enraizada em nossas cidades: grades, cercas elétricas, arame farpado, ruas muradas, o emprego de "spikes" em soleiras de lojas, dentre tantos outros exemplos, a arquitetura hostil nada mais é do que uma arquitetura de negação. Ao buscar esse falso senso de segurança, onde se deduz que o ato de "se trancar" e o ato de proibir são os caminhos a serem seguidos, ela acaba por fomentar a insegurança e a não ocupação da cidade.



Foto: Centro de Florianópolis. Fonte: Acervo pessoal.



Foto: Centro de Florianópolis. Fonte: Acervo pessoal.



Foto: Centro de Florianópolis. Fonte: Acervo pessoal.



Foto: Centro de Florianópolis. Fonte: Acervo pessoal.

2.3. SITUAÇÃO NO PAÍS

Com o intuito de melhor entender a situação e também de criar uma visão mais ampla da mesma, este projeto procura saber quais são as medidas adotadas em outros estados do país com relação às pessoas em situação de rua. A intenção aqui também é a possibilidade de assimilar ações que dão certo nesses locais e nos questionar: como essas ações podem ser trazidas para a realidade de Florianópolis e como poderiam ajudar a mudar a mesma? Dentre as cidades pesquisadas estão: Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

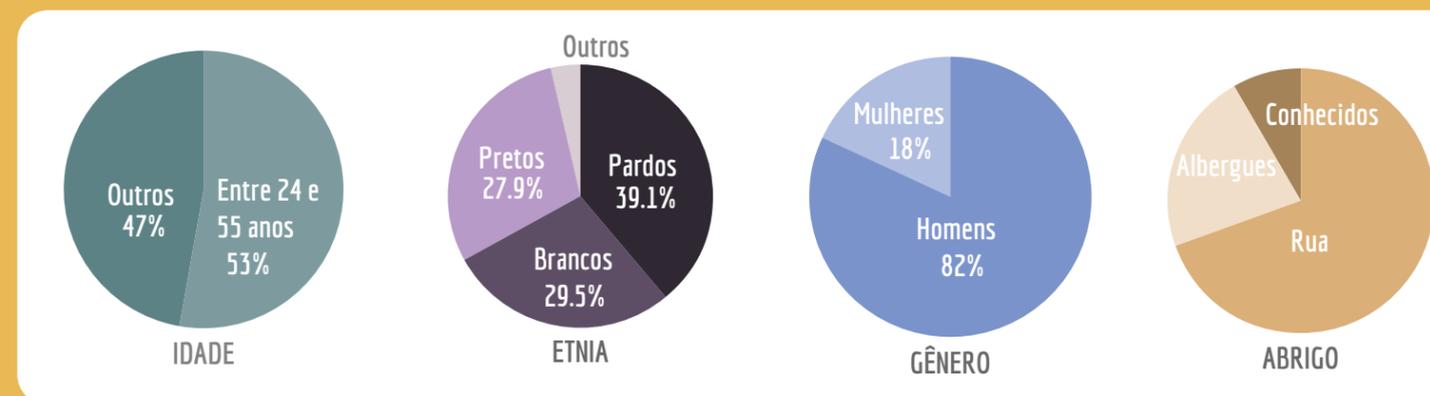
Segundo o PRIMEIRO CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, feito entre 2007 e 2008 em 71 cidades brasileiras, dentre estas 23 capitais (não incluindo São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que já haviam feito seus levantamentos em anos anteriores) pelo Ministério do Desenvolvimento Social. A pesquisa buscou definir o seu público alvo com o que seria necessário para a classificação deste como morador de rua: qualquer um maior de 18 anos que buscasse abrigo para o pernoite ou moradia, espaços de tipo variado, públicos ou privados na cidade, relativamente protegidos das intempéries e violência.

O levantamento foi feito simultaneamente nas cidades durante uma noite e apontou, naquela época, 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas. A pesquisa também revelou que 82% dessa população era masculina, dos quais 53% estava na faixa etária compreendida entre 24-55 anos. A maior parte do percentual total dessa população não havia completado o primeiro grau, 63,5%. Dentre as causas mais frequentes para essa população estar na rua, destacaram-se na pesquisa: o uso excessivo de álcool e/ou drogas; o desemprego e desavenças em família, esses motivos em sua maioria também se revelaram correlacionados.

A população em situação de rua entrevistada na pesquisa do MDS de 2007 também revelou que 70,9% dessas pessoas exerciam algum tipo de atividade remunerada, das quais se destacavam: catador de material reciclável, flanelinha, ajudante na construção civil, serviços de limpeza, carregador. Dessa população, 88,5% afirmou não receber qualquer tipo de benefício dos órgãos governamentais.

"Cerca de 54,5% das pessoas em situação de rua entrevistadas já haviam sofrido alguma forma de discriminação ou impedimento ao tentar entrar em estabelecimentos comerciais, veículos de transporte público, bancos, órgãos públicos ou tentar usufruir de serviços e realizar atividades como receber atendimento na rede de saúde pública e obter documentos pessoais. Cabe ressaltar que 24,8% das pessoas em situação de rua não possuíam qualquer documento de identificação."

Os dados levantados entre 2007-2008, 10 anos após sua coleta, já se encontram obsoletos e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a população em Situação de Rua em conjunto com a Política Nacional para a População em Situação de Rua via Decreto no 7.053/2009 (RICARDO, 2013), solicitou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que incluísse a população de rua no Censo de 2020. Segundo dados levantados pelo Cadastro Único, estão registradas 48.351 pessoas em situação de rua nos municípios brasileiros, esses dados no entanto não abrangem a totalidade da população em situação de rua, uma vez que é difícil manter registro da mesma, considerando que esses indivíduos não possuem um endereço fixo. De acordo com os 117 municípios que fizeram a pesquisa sobre moradores de rua, a população total era de 35.805 pessoas, quando somamos esses municípios aos que realizaram um levantamento próprio, temos 1924 municípios com o total de 85.040 pessoas em situação de rua. Estes municípios representavam na época da pesquisa, 69,2% da população total do Brasil.



Elaboração própria.

2.4. DECRETO LEI 7053

Centro de apoio e defesa dos direitos das pessoas em situação de rua

Segundo Wanderley (1997), uma problemática se transforma efetivamente em questão social, quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta por algum meio equacioná-la, torná-la pública, transformando-a em demanda política. Assim, os decretos e encontros que antecederam o decreto lei 7053, possuíam o objetivo de trazer visibilidade social e política para a população em situação de rua. Uma demanda que se mostrou necessária após os diversos atos de violência contra essa população. É um exemplo a chacina na praça da Sé, em 2004, em São Paulo, na qual quinze pessoas foram brutalmente agredidas, sete destas não sobreviveram. Após o ataque, criou-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), organizado e estruturado pela população de rua, desde 2005.

Desse modo, em 2005, acontece o I Encontro Nacional deste segmento, e nele é debatida a necessidade de uma política para a população em situação de rua, para isso, foi de grande importância a colaboração do MNPR. Em 2006, há a criação do decreto que institui o Grupo de Trabalho Interministerial(GTI), composto por diversos ministérios, dentre eles o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, Saúde, Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Direitos Humanos, entre outros. Tal união culminou em 2009 na criação e promulgação do Decreto 7053: Política Nacional para a População em Situação de Rua.

A Política Nacional define a população de rua como sendo:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular, que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (MDS, 2009, p. 01)

Conforme instituído na nova legislação, o poder público municipal passa a ser responsável por manter programas e prestar serviços direcionados à defesa e consolidação dos direitos de cidadania, dignidade, bem estar e não violência da população em situação de rua. No artigo 6o, lê-se que:

"são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

No artigo 5 temos os princípios da Política Nacional para a População em Situação de rua, além da igualdade e equidade, são:

*I - respeito à dignidade da pessoa humana;
II - direito à convivência familiar e comunitária;
III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
IV - atendimento humanizado e universalizado; e
V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.*

No artigo 7, temos as duas principais diretrizes que esse trabalho de conclusão de curso buscará seguir com relação à população em situação de rua:

*"VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;"*

De igual importância, porém em nível de instrução, temos o seguinte trecho do artigo 10:

"VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;"

Por fim, para interesse deste trabalho, podemos destacar o artigo 15, que é também o último artigo do decreto lei 7053 e resume as principais diretrizes a serem adotadas com relação à população em situação de rua:

"Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua. "

Apesar de que uma política nacional voltada para a população em situação de rua não exista na Constituição Federal, a sua importância é essencial para a garantia do acesso aos direitos básicos constitucionais, tendo em vista que busca garantir a obtenção dos mesmos por essa parcela da sociedade. Esses direitos, são por exemplo, os citados anteriormente pelo artigo 5 do decreto lei 7053: respeito à dignidade e à pessoa humana, convivência familiar, segurança de renda, assim como a idéia do "mínimo existencial". A obtenção desses direitos que pela Constituição Federal são de responsabilidade do Estado, como por exemplo: prover saúde (art.196), educação (art. 205), o direito à habitação (art. 182), proteção à família (art. 226) e assistência social (art. 194 e 203); só pode ocorrer através da efetivação de políticas públicas, como a criada pelo decreto lei 7053, que visa defender a garantia desses direitos pela população em situação de rua.

Ainda discorrendo sobre a Constituição Federal, ela coloca como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana (art. 10), erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 30). É a partir desses ideais que temos a noção de "mínimo existencial", que acaba por englobar uma soma de direitos que condicionam uma existência digna. De acordo com o Ministro Celso de Mello:

"A noção de "mínimo existencial", que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1o, III, e art. 3o, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança."

Para concluirmos o dever do Estado na garantia de tais direitos, temos o art.6 da Constituição Federal:

"A omissão ou insuficiência na oferta de serviços e equipamentos socioassistenciais por parte do Poder Público configura violação ao dever do Estado de promover a dignidade da pessoa humana e a eliminação da pobreza por meio da efetivação dos direitos sociais."

2.5. CENTRO POP

Centro de referência especializado para população em situação de rua

De acordo com o ministério Público, "O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua."

Podemos descrever o Centro POP como sendo um ponto de referência para a população em situação de rua, um equipamento que busca promover o acolhimento e desenvolver atividades voltadas à socialização e integração desses indivíduos em relação à comunidade, seus familiares, etc. Segundo o guia de atuação ministerial para a Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, os centros POP também devem promover o acesso a espaços de saúde, higiene pessoal, guarda de pertences, provisão de documentação civil e a inscrição no Cadastro Único dos Programas Sociais.

A idealização dos centros POP se deu através da busca pela igualdade de direitos em meados da década de 70 quando se dava o auge da luta por direitos como o acesso à moradia, saúde e educação. Junto com as elevadas taxas de desemprego nos anos 80, houve ainda o aumento dessas reivindicações. Porém, com o crescimento desenfreado das cidades, surgiram as necessidades de infraestrutura como transporte, saneamento, habitação e eletricidade, os movimentos sociais passaram a buscar esses direitos.

De acordo com a cartilha ministerial a não incorporação da mão de obra existente nas cidades, muitas vezes representadas por pessoas que deixaram a zona rural e foram para os centros urbanos em busca de emprego, e acabaram não conseguindo, foi o que levou grande parte dessas pessoas a buscar nas ruas um meio de sobrevivência.

De acordo com o Censo SUAS de 2016, o número de Centros Pop registrados no país era de 227, sendo São Paulo o estado com a maior quantidade. No estado de Santa Catarina, foram contadas apenas 10 unidades de apoio à população em situação de rua, sendo estas localizadas nas cidades de: Araranguá, Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages, Rio do Sul, São José e Tubarão.



Foto: Campanha pastoral do povo de rua, São Paulo.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - Abordagem

Com base no que já foi evidenciado até agora, é que se fundamentará o projeto proposto por este trabalho. De acordo com o panorama de Florianópolis, a análise sobre a opinião geral a respeito das pessoas em situação de rua, assim como suas necessidades e os pontos destacados pelo Decreto Lei 7053, é que se dará essa proposta de projeto.

É buscando atender o inciso II do artigo 15 do decreto lei 7053: "apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local; " que esta proposta será feita. Ainda que um ponto específico do cenário geral, a criação de um centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua abrange várias entidades que se relacionam ao assunto.

A primeira questão que surge, com relação à Florianópolis é a conexão entre essas entidades: ela existe? Por "entidades" podemos entender as ONGs, iniciativas do governo, igrejas, iniciativas da saúde e tantos outros que se dispõem a de alguma forma, ajudar o indivíduo em situação de rua na cidade de Florianópolis. Quando existente, qual é o nível dessa comunicação, e como ela poderia ser melhorada? Esse é um dos pontos que a proposta do centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua aqui exposta buscará sanar.

O projeto propõe colocar à disposição da população em situação de rua, o apoio de profissionais adequados para ajudá-los. Seriam esses representados por profissionais que possam prover informação sobre como ter acesso à área da saúde, assistência social, saúde mental, dentre outros, de acordo com as necessidades desses indivíduos.

A proposta tem também por intuito buscar a descentralização desse centro de apoio, sendo composto por não um ponto único dentro da cidade, mas diversas atividades que se deem ao longo do percurso entre os edifícios de intervenção, que se relacionem com o usuário e possam criar uma rotina com o indivíduo em situação de rua. Desse modo podemos quebrar a estigmatização geralmente feita pela população das cidades quanto à um albergue ou centro de ajuda à população em situação de rua, que geralmente são evitados por aqueles que não precisam deles e ao mesmo tempo podemos criar um vínculo com as pessoas em situação de rua, fazendo com que estas desloquem-se pela cidade de acordo com os cronogramas de apoio e atividades propostas.

Além disso, um grande ponto de integração com a população em situação de rua é a implantação do restaurante popular, que é aberto a toda população, o que incentivaria também o convívio entre grupos. Junto com a proposta de intervenções culturais, como teatro na rua, dança, brechó, entre outros em pontos estratégicos do percurso, funcionaria como um método de fortificar a criação deste vínculo e integração.

Para que este tipo de abordagem obtenha sucesso, a criação de um vínculo com a população em situação de rua é essencial, então é necessário, além da iniciativa inicial de se criar uma proposta de projeto que abrace as principais necessidades dessa população, é preciso que exista a capacitação e a sensibilização dos profissionais que atuarão no projeto com relação à população em situação de rua. É necessário que se tenha em mente que se o apoio ali oferecido é para semelhantes: pessoas, em uma situação que difere da considerada "normal". A conscientização dos profissionais e principalmente, seu senso de empatia é fundamental, para que se crie uma conexão efetiva com esses indivíduos e se possa ajudá-los de fato.

2.6. SITUAÇÃO NO MUNDO

A situação extrema de miséria que chega ao ponto de levar um indivíduo a buscar abrigo nas ruas não é uma realidade isolada no mundo. Na prática se trata de um problema global, e os principais motivos que levam uma pessoa a entrar em situação de rua também se mostram comuns ao redor do mundo. São eles: o abuso do uso de drogas, o desemprego e a consequente falta de renda, conflitos familiares, indivíduos que apresentam doenças mentais.

Assim como é nítida a semelhança dos fatores que levaram tais indivíduos a entrarem em situação de rua, os principais desafios enfrentados diariamente por essas pessoas também se mostram equivalentes ao redor do mundo. Alguns destes desafios estão relacionados a segurança com relação a violência encontrada nas ruas, assim como o armazenamento de seus bens, a maior vulnerabilidade a doenças, a falta de proteção das ruas, as necessidades psicológicas, as questões relacionadas à higiene pessoal, e acima de tudo a exclusão da sociedade através de uma barreira invisível e silenciosa porém muito nítida.

Embora as semelhanças se mostrem abrangentes com relação à população em situação de rua no panorama global, existem também divergências. Por exemplo, não existe no mundo uma definição global para classificar um indivíduo como desabrigado ou em situação de rua, essa designação varia de um país para outro, o que é um dos fatores prejudiciais à execução da contagem estimativa desses indivíduos.

Em 2005, uma pesquisa global feita pelas Nações Unidas contabilizou que cerca de 100 milhões de pessoas ao redor do mundo se encontravam em situação de rua e cerca de 1,6 bilhões de pessoas não possuíam uma habitação adequada (Habitat, 2015).

Assim como a divergência com relação à classificação da população em situação de rua, as soluções encontradas para lidar com essa parcela da população também diferem de um país para o outro. Alguns exemplos foram pesquisados e o contraste entre os tipos de abordagem é espantoso.

EUA

Nos Estados Unidos por exemplo, inúmeras cidades adotam leis cujo objetivo é criminalizar aqueles que estão em situação de rua, o acampamento em locais públicos e até mesmo a distribuição de comida nas ruas são atitudes que podem levar um cidadão americano para detrás das grades. Um exemplo da tamanha alienação e falta de empatia dos órgãos governamentais com relação à essa população tomou palco em Honolulu, no Havaí, onde foram aprovadas pela câmara de vereadores da cidade em 2015 medidas que proíbem a estadia de pessoas em situação de rua nas vias da cidade e até mesmo medidas que visam expulsar a população em situação de rua da cidade ao embarcá-las em um avião para a porção continental do país.

A postura adotada ilustra não um cenário de pura indiferença, mas sim uma realidade de aversão total aos indivíduos em situação de rua, o que é extremamente preocupante uma vez que são tomadas medidas com relação à essa população, porém não com o objetivo de ajuda-los e sim com o ideal de repelir esses indivíduos. Contudo, ainda existem no país organizações e pessoas que vão contra essa postura, ainda assim, estão expostos às legislações cada vez mais severas dos EUA com relação à obras de caridade quanto à população em situação de rua.



Foto: População de rua em São Francisco, EUA.

JAPÃO

Enquanto isso, no Japão, a parcela da população que se encontra em situação de rua é mais isolada, isso porque para a cultura japonesa, a incapacidade de sustentar um lar é vista como algo do qual se envergonhar pelos próprios indivíduos em situação de rua, e o orgulho de ter sua situação exposta é o que os leva a se instalarem em lugares às margens das cidades. Ainda que se encontrem no espaço urbano, as pessoas em situação de rua no Japão dificilmente são importunadas por autoridades ou pelo restante da população, tendem a ser ignorados e também não possuem o costume de mendigar.

O governo japonês ainda oferece moradias comunitárias para as pessoas em situação de rua, com direito à refeições, acesso à quarto e banheiro, além disso também são disponibilizadas no Japão habitações de interesse social, no entanto, essas habitações são reduzidas e difíceis de conseguir, além de oferecer prioridade à famílias com mulheres ou mães solteiras.

Esta é outra característica marcante com relação à população em situação de rua no Japão e à cultura japonesa, a maior parte da população de rua é masculina e para a cultura do país a idéia de uma mulher em situação de rua beira ao absurdo, isso porque na história do país está enraizada o ideal de que a mulher deve estar protegida pelos cuidados de outros: quando ela é jovem, pela sua família; quando se casa, pelo seu marido e quando é idosa, pelos seus filhos.

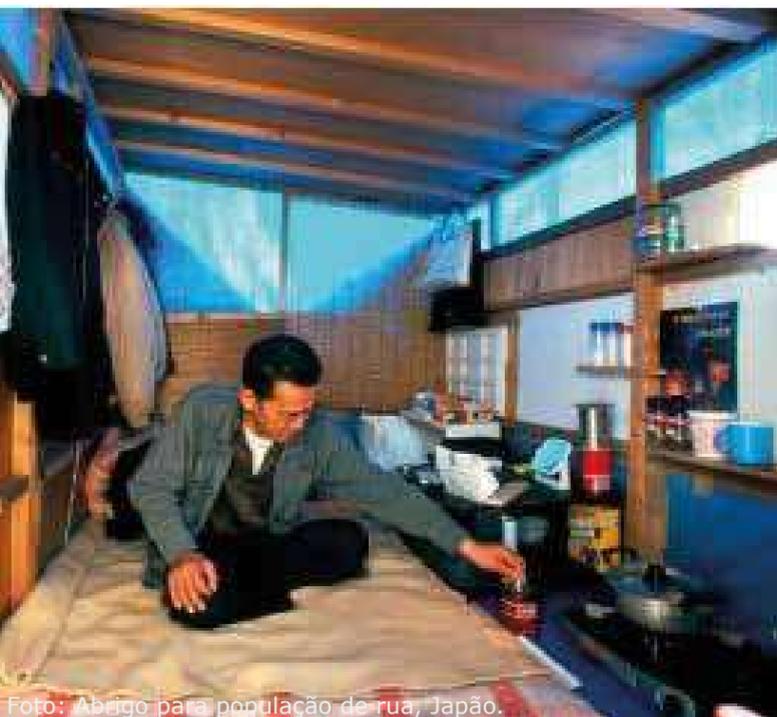


Foto: Abrigo para população de rua, Japão.



Foto: População de rua nos túneis do metrô, Japão.

2.7. ESTUDOS DE CASO - REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Através de uma maior compreensão da situação de rua, obtida através de uma pesquisa aprofundada sobre o assunto e suas abrangências, buscou-se também dentro do projeto, referências conceituais de projetos aplicados. Nesse caso, as referências que serão apresentadas serviram de parâmetros e inspiração para a definição das diretrizes de projeto.

Devemos considerar que cada realidade é única, e sendo assim, as decisões de projeto devem ser condizentes com a realidade na qual ele estará inserido, por isso, as referências conceituais a serem apresentadas, serviram como apoio para o desenvolvimento do projeto mas de maneira alguma foram tidas como uma fórmula a ser seguida.

Plaza Apartments

Projeto: Leddy Maytum Stacy and Paulett Taggart Architects
Ano: 2006

Localizado em São Francisco, nos Estados Unidos, o projeto é a adaptação de um antigo hotel para moradias populares para população de baixa renda, muitos dos quais estavam vivendo em situação de rua. A proposta buscou adaptar os antigos quartos do hotel, que eram de aproximadamente 12m² para lofts, com a intenção de promover uma experiência de vida independente aos seus usuários.

Os principais objetivos do projeto eram o de desenvolver uma habitação social e ambientalmente sustentável, que possa fornecer maior estabilidade aos seus usuários, assim como causar um impacto social ao demonstrar que a oferta de abrigos permanentes para a população em situação de rua é uma solução mais eficiente e menos custosa a longo prazo do que as ações assistencialistas.

No total, o projeto oferece 106 unidades de habitação para a população de baixa renda, muitos dos quais costumavam morar na rua e para a população em situação de rua "crônica", que são considerados aqueles que vivem a anos na rua. A remodelagem do antigo hotel conseguiu abrigar, além dos 106 mini studios, áreas comuns, uma área de lavanderia na cobertura do prédio, assim como uma área de convívio, espaço comercial e um teatro comunitário.

Cada estúdio possui 30m² e conta com uma cama, um banheiro completo, e uma cozinha aberta completamente equipada, o que faz parte da proposta e promover a independência de seus habitantes.

“É a primeira propriedade recém-construída totalmente dedicada ao inovador Programa de Acesso Direto à Habitação (DAH) estabelecido pelo Departamento de Saúde Pública de São Francisco em 1998 para fornecer moradia permanente com serviços de apoio no local para adultos cronicamente desabrigados. O DAH é um programa de baixo limiar que aceita residentes com distúrbios de abuso de substâncias ativas, condições sérias de saúde mental e / ou problemas médicos complexos.” (World Habitat Awards, 2007)

Os apartamentos do Plaza tiveram como prioridade a sustentabilidade, sendo assim, o projeto conta com placas solares, sistemas de eficiência energética e o uso de materiais de baixa energia incorporada. O projeto tem por objetivo servir de modelo para futuras construções do tipo em São Francisco, promovendo um ideal de sustentabilidade. Um ponto interessante a se destacar nesse projeto é que o seu desenvolvimento se deu de forma participativa, contando até mesmo com sugestões dos futuros inquilinos sobre suas necessidades e desejos.

No ponto de vista do impacto social do projeto, podemos destacar que:

“Um dos objetivos do Plaza Apartments é melhorar o bem-estar mental e financeiro e a saúde dos moradores. Os serviços de suporte oferecem suporte contínuo de capacitação para os residentes do Plaza, incluindo o acesso a oportunidades de treinamento de emprego, gestão financeira e apoio na obtenção de emprego.” (World Habitat Awards, 2007)

A restituição de dignidade humana que este projeto oferece é um dos pontos do qual quis me apropriar para o desenvolvimento do projeto apresentado neste trabalho.

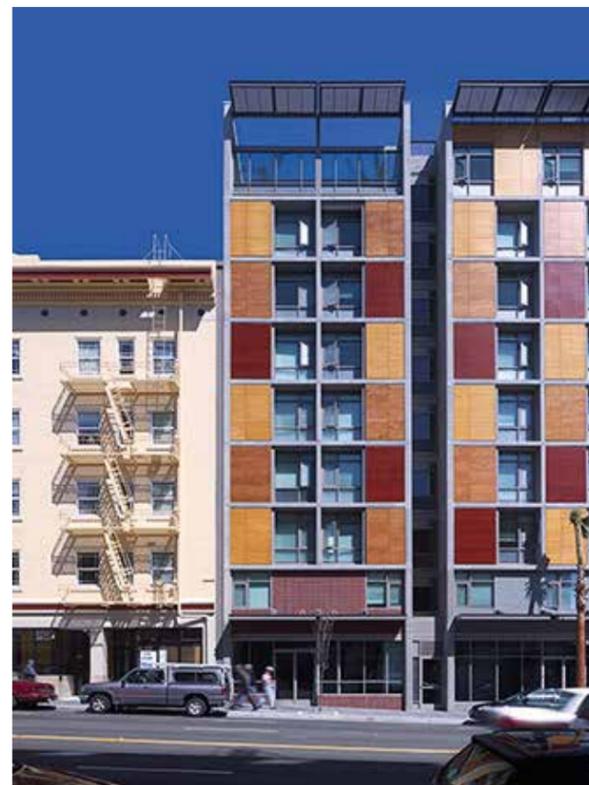


Foto: Plaza Apartments



Foto: Plaza Apartments



Foto: Plaza Apartments



Foto: Plaza Apartments

The Bridge Homeless Assistance Center

Projeto: Overland Partners

Ano: 2010

Localizado em Dallas no Texas, Estados Unidos, o projeto que está inserido em uma área central da cidade, conta com cinco prédios que juntos formam um pátio interno no terreno. O projeto oferece abrigo, e atendimento emergencial e a longo prazo para aproximadamente 6 mil indivíduos em situação de rua na cidade de Dallas.

The Bridge possui um prédio de serviços que conta com três andares, um prédio de recepção de um pavimento, depósito, pátio aberto e um restaurante, que além de ser uma fonte de alimentação, permite que a aproximação entre a população em situação de rua e os assistentes sociais seja feita.

“Desde a inauguração do The Bridge, mais de 2,5 milhões de refeições foram servidas, 750 desabrigados foram colocados em casas e os desabrigados crônicos foram reduzidos em 57%”, disse James Andrews, diretor da Overland Partners Architects. “Os sem-teto não foram os únicos beneficiários de ter The Bridge em sua comunidade. Desde a sua abertura, a taxa de criminalidade local diminuiu em mais de 20%.”

O projeto também conta com soluções sustentáveis, como o aproveitamento de água da chuva, o uso de telhado verde e a incorporação da luz natural, por isto ganhou o prêmio LEED (Tradução: Liderança em Energia e Design Ambiental) e é um dos maiores abrigos nos Estados Unidos a receber este prêmio.



Foto: The Bridge Fonte: Overland Partners website.



Foto: The Bridge Fonte: Overland Partners website.



Foto: The Bridge Fonte: Overland Partners website.

Housing First Tokyo

Este projeto não possui uma construção física, mas seus ideais são de grande importância como referência para o desenvolvimento da proposta apresentada neste trabalho. Seu conceito base é: “participar do desenvolvimento e planejamento de um programa de apoio para aqueles que têm dificuldades, que precisam de assistência médica e social, e ajudá-los a encontrar seu lugar dentro de nossa comunidade”

O projeto funciona desde 2010 e conta com um sistema de consórcio com outras 7 organizações que providenciam auxílio em diferentes áreas. Dentro do projeto foi observado que a maior porcentagem da população em situação de rua possuía algum problema psiquiátrico (mais de 60% em 2008) e corria o risco de tentar suicídio. Embora o Japão ofereça assistência social para a população de baixa renda, os meios de conseguir auxílio são longos e trabalhosos. Isto dificulta a busca por ajuda, o que faz com que grande parte da população em situação de rua permaneça nas ruas.

O objetivo deste projeto é o de promover maior acesso à saúde, segurança, apoio à esta população. O apoio se dá através também de atividades oferecidas à esta população. O programa conta com distribuição de comida, apoio médico, acesso à exames, palestras educacionais sobre os direitos da população em situação de rua, o programa busca criar o sentimento de pertencimento, uma vez que permite que a própria pessoa sendo ajudada venha a participar do programa de maneira a amparar terceiros.

Este senso de comunidade e suporte é uma das características que serviram como inspiração na escolha deste projeto como referência. A similaridade com minha própria experiência no trabalho voluntário também ajudou na escolha da referência.

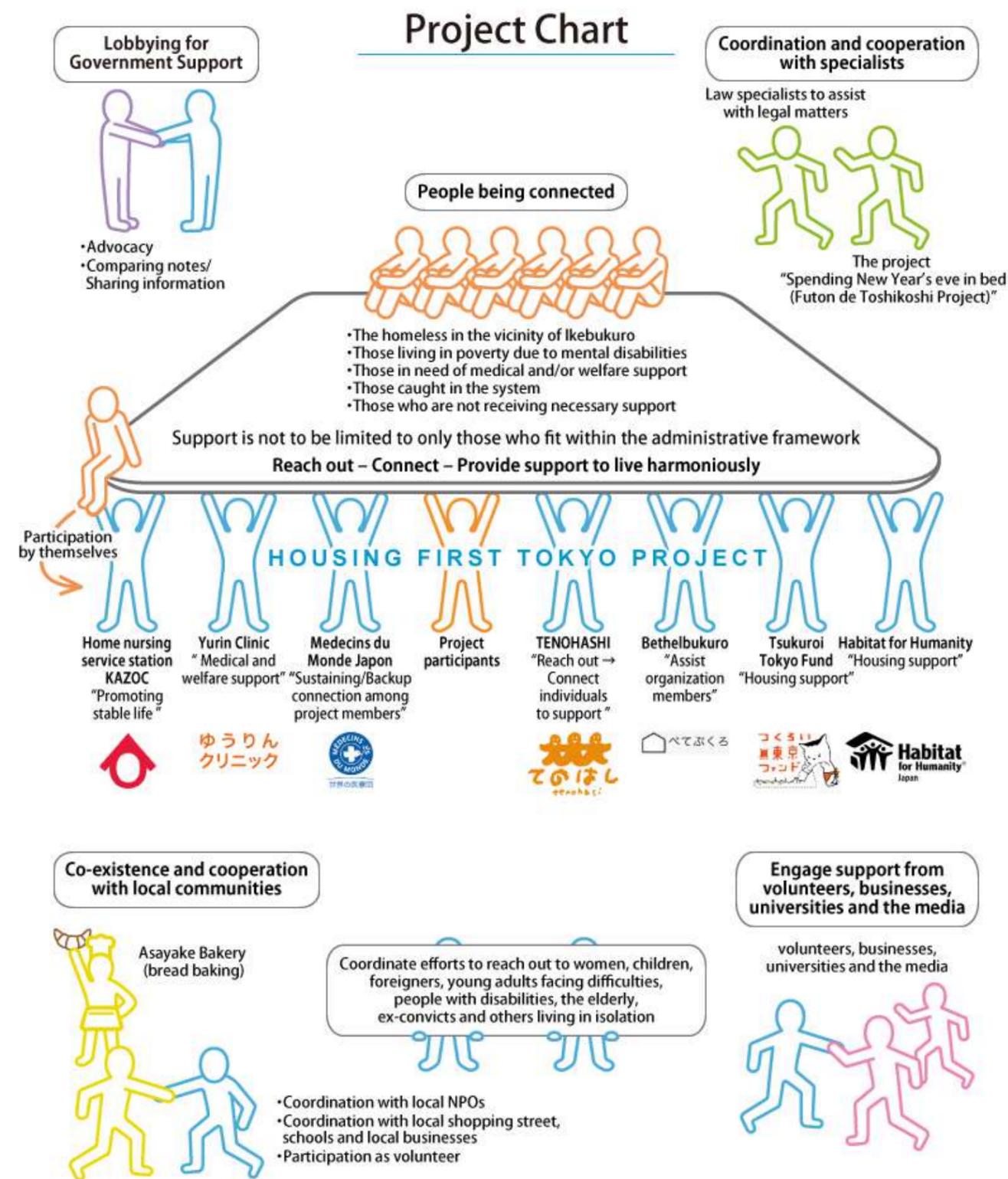


Foto: Diagrama do projeto Housing First Tokio. Fonte: Site Housing First Tokio.

2.8. ESTUDOS DE CASO - ATIVIDADES

Com a intenção de promover as interações entre a população em situação de rua e o restante da população, buscou-se atividades que fossem do interesse de ambos os públicos, de modo a tornar esta congregação algo natural. Para isto, foram trazidos como inspiração para o projeto algumas referências de atividades que conseguiram atender em parte este ideal.

Oficina de grafite - Santos

O Centro Pop de Santos, no litoral paulista, promoveu uma oficina de grafite em 2018, conduzida pelo artista Carlos Roberto da Silva, conhecido como Catts, com o intuito de tornar a arte mais acessível a todos e transformar o cenário de transformação da população em situação de rua através da expressão artística.

Projetos como este vem sendo desenvolvidos cada vez mais na cidade de Santos. O acesso à arte e a oportunidade de se expressar é um ótimo meio de juntar os públicos através da cultura e expressão da população de rua através de sua arte.



Foto: População de rua curso de grafite. Fonte: Prefeitura de Santos

Urbano

A feira cultural de urbano, em Montevideo, possui a proposta de congregar a população em situação de rua, com o restante da população e quem estiver interessado em participar. O programa não possui distinções sobre quem pode participar, as atividades socioculturais promovidas envolvem: teatro, dança, música, cinema. É um programa da Direção Nacional de Cultura, do Ministério de Educação e Cultura do Uruguai.

“É uma política de Estado que tem como uma de suas linhas de trabalho centrais o tema da cultura comunitária”, explica o coordenador do Urbano, Walter Ferreira. “Trabalhamos com oficinas, armamos redes no território, interagimos com os grupos de cultura comunitária. E mesmo que a maioria de nossos participantes esteja em situação de rua, o centro não se atém nas problemáticas. Aqui se trabalha com arte e cultura. As pessoas vêm e criam arte. Nos interessa a dimensão da comunidade porque temos a ideia de que a arte e a cultura podem servir para incluir, para integrar, para desmarginalizar.” (iberculturaviva.org)

Urbano possui um total de 13 oficinas gratuitas, cada uma delas com a capacidade de 20 participantes. São aulas semanais de dança, teatro, música, artes plásticas, entre outras. As atividades são realizadas nos abrigos, e além disso existe uma extensão do programa que se chama “Urbano nos bairros”, “Urbano no museu”, e “Livre expressar”, onde as atividades se dão por diferentes ambientes da cidade. A integração também acontece no encerramento das atividades, que costuma acontecer na rua, em frente ao centro cultural, tendo mostras de dança, teatro, etc.

“Somos uma equipe de cinco pessoas que estamos todos os dias aqui”, conta Walter, destacando que o trabalho ali é pensado sempre de forma coletiva. Além dele, há uma pessoa encarregada da coordenação com os abrigos (Camilo Silvera), um gestor cultural (Andrés Alba), uma educadora (Claudia Ferreira), que trabalha mais o cotidiano, o espaço de convivência e debate, e uma orientadora (Fernanda Frugoni), que recebe as pessoas e as distribui nas oficinas, conforme sua vocação artística. “Tem gente que às vezes vem porque não tem nada para fazer, mas aqui não se permanece sem fazer nada. Por isso o papel da Fernanda é fundamental”, comenta o coordenador.



Fotos: Feira de urbano, Montevideo Fonte: Ministerio de educação e cultura do Uruguai



Fotos: Feira de urbano, Montevideo Fonte: Ministerio de educação e cultura do Uruguai

PROJETO RESGATE - Abraçar Florianópolis

O Projeto resgate em Florianópolis, do qual fiz parte por um período do ano de 2018 busca uma aproximação da população em situação de rua através da comida. Todas as quartas feiras, os participantes do projeto se reúnem numa casa alugada que funciona como sede do projeto e cozinham as refeições que são distribuídas na quarta feira a noite no centro da cidade, em frente à Catedral e em outros pontos de grande concentração da população de rua. O projeto funciona através de doações de comida e conta com a ajuda dos voluntários.

Sua proposta é de criar uma ponte de comunicação com a população em situação de rua através da oferta da refeição, a partir daí, os voluntários podem oferecer à essa população o contato humano que lhes é negado na maior parte do seu dia-a-dia, esse contato vem junto com a empatia dos voluntários e resulta em uma maior abertura das pessoas que se encontram nessa situação.

O projeto resgate também promove um evento chamado "Brechique" no qual algumas das roupas mais arrumadas e em boas condições que foram doadas para o projeto são colocadas à venda para o público, este evento tem a intenção de não apenas conscientizar mais a população sobre as pessoas em situação de rua, mas também busca reverter os lucros para a manutenção do próprio Projeto Resgate.

"Um projeto social que visa proporcionar a moradores de rua e de comunidades carentes a oportunidade de transformar sua realidade." Descrição do projeto em sua página no facebook. (@projetoresgate-abraçar)



Fotos: Projeto Resgate - Florianópolis Fonte: Facebook Projeto Resgate Florianópolis



Fotos: Projeto Resgate - Florianópolis Fonte: Facebook Projeto Resgate Florianópolis

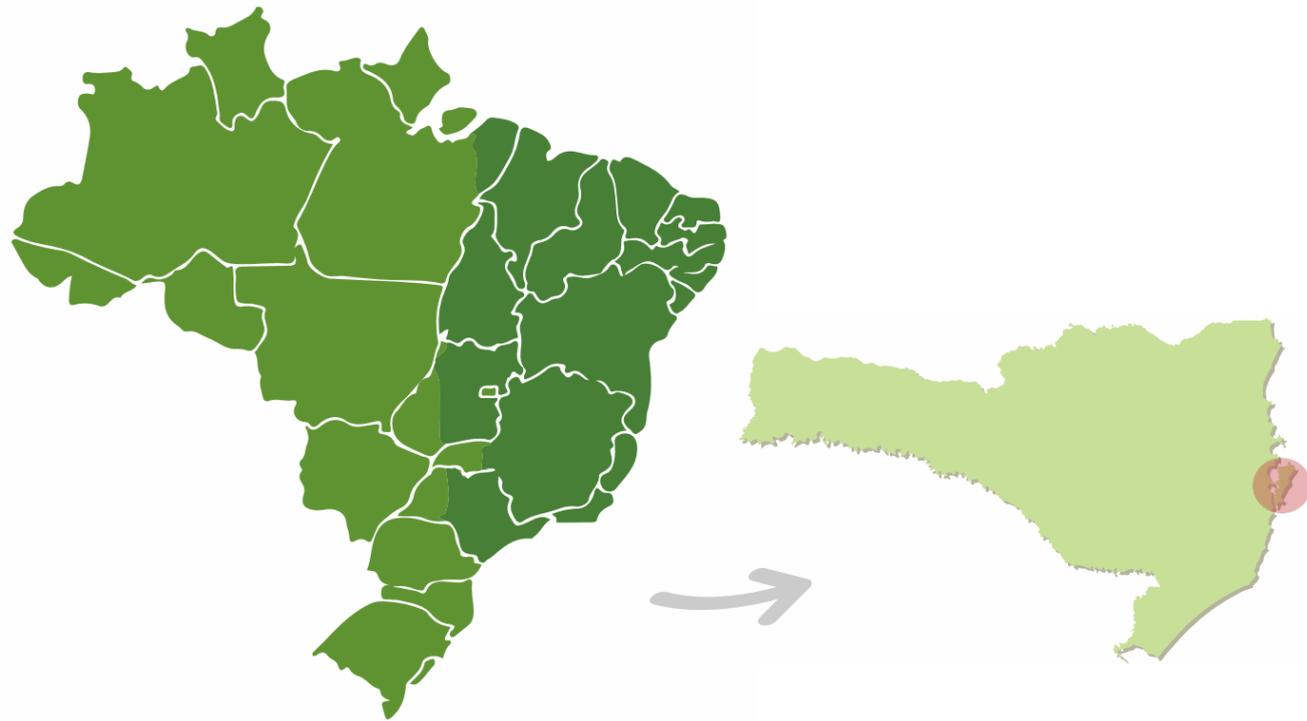


Fotos: Projeto Resgate - Florianópolis Fonte: Facebook Projeto Resgate Florianópolis

3. Diagnóstico

Com a intenção de melhor compreendermos a situação atual da cidade de Florianópolis com relação à população em situação de rua e as políticas urbanas que abrangem as mesmas, serão apresentados dados sobre o desenvolvimento histórico da cidade de Florianópolis e sua relação com a população de rua.

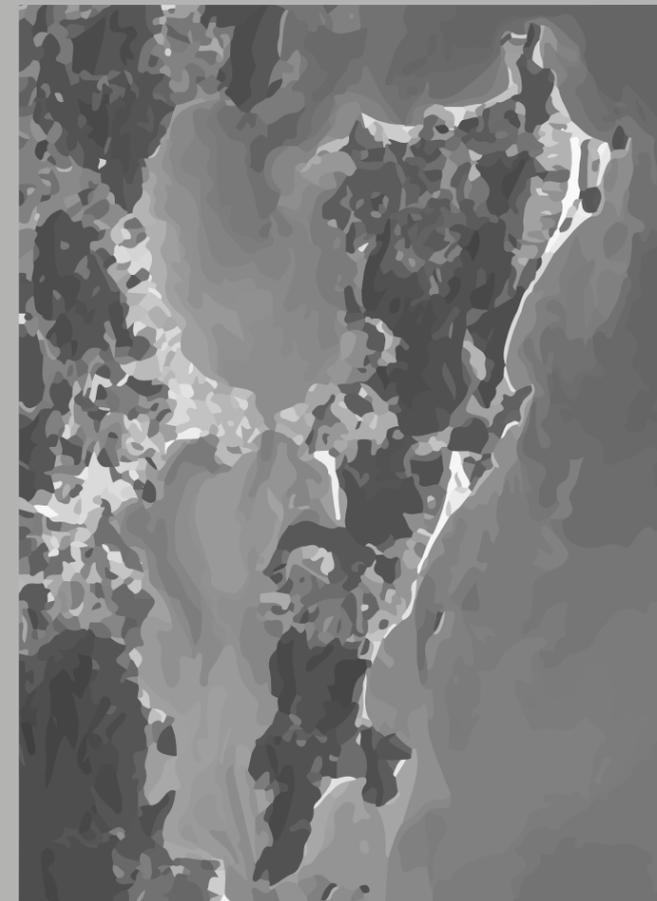
3.1. Desenvolvimento Histórico



Segundo registro do IBGE, a cidade de Florianópolis foi originalmente povoada pelos tupis-guaranis, que viviam principalmente da pesca e coleta de moluscos para a subsistência e os vestígios mais antigos de sua presença na ilha datam de 4800 anos atrás. Durante boa parte do século XVI, a ilha era usada como apoio para embarcações em busca de água e comida, mas foi apenas em 1675 que se deu início à sua povoação, quando foi fundada Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis).

Em 1756, a colonização da Ilha deslançou, quando cerca de cinco mil imigrantes açorianos foram trazidos para povoação da mesma. Como o acesso ao interior da ilha era difícil, as primeiras porções de Florianópolis a se desenvolver foram o centro e a parte do litoral voltada para o continente. A agricultura de subsistência foi uma das primeiras atividades introduzidas pelos colonizadores, e mais tarde, a necessidade de produtos importados permitiu a implantação e o crescimento de um porto, a partir do qual a região central da ilha pode crescer.

A partir disto, o desenvolvimento da região central de Florianópolis foi impulsionado, e com esse crescimento, também existia desde aquela época, um cenário de pobreza. A existência da população em situação de rua não é algo novo para Florianópolis, ela é no entanto, uma questão urbana que se demonstra crescente.



Historicamente, o desenvolvimento de Florianópolis se deu devido às atividades portuárias. A leitura de “Santa Catarina - A ilha” escrito por Virgílio Várzea, nos permite um melhor entendimento sobre a evolução urbana da cidade, uma vez que retrata o centro da cidade na época de 1900, descrevendo seu comércio, que se baseava principalmente nos produtos importados. “As principais ruas de Florianópolis são em geral retas, planas e bem calçadas. Quatro delas representam o centro comercial, a city — como diríamos se se tratasse de uma grande capital — e são as denominadas Altino Correa (que é a mais importante), João Pinto, Trajano e República. [...]”



Destas ruas, a Altino Correa é a atual Conselheiro Mafra e a República, é a atual Felipe Schmidt, o centro manteve seu caráter comercial durante o desenvolvimento da cidade. E paralelamente à esta evolução e concentração do comércio, o centro se manteve o longo das diferentes épocas, o local de maior concentração da população em situação de rua, provavelmente devido ao grande fluxo de pessoas e à atividade comercial, o que proporciona à esta população, maiores chances de pedir para aqueles que passam por ajuda ou esmolas.

Até a década de 1960 a atividade portuária gerou frutos, quando então teve que ser abandonada, uma vez que a exportação já não era suficientemente lucrativa e o porto já não conseguia atender às maiores embarcações. Ainda assim, o comércio na região central continuou a se desenvolver, graças à implantação da UFSC em 1960, e a explosão do turismo para a cidade na década de 1980, o comércio de Florianópolis pode continuar a crescer. Com este crescimento, parte da população que veio para a ilha com o intuito de prosperar, acabou também ficando nas ruas. Uma situação que acontece até os dias de hoje.

3.2. Dados Demográficos

Para melhor compreensão da questão dentro da cidade, foi consultado o Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis, elaborado em Maio de 2017. O diagnóstico foi elaborado pelo ICOM (instituto comunitário da grande Florianópolis) com a participação do Movimento da população em situação de rua de Santa Catarina (MNPR-SC) e com o apoio da Global Fund For Community Foundation e da Interamerican Foundation. O diagnóstico contou com a participação de voluntários para a execução de cerca de 1000 questionários nas cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça.

Em Florianópolis, de acordo com o Diagnóstico, das 499 respostas obtidas sobre o acesso aos serviços para esta população, 76% declarou ter acesso ao Centro POP, 44% ao Bolsa Família, 86% tinha acesso às UBS e Hospitais e 16% ao CAPS AD, e no momento da pesquisa 53 dessas pessoas estavam abrigadas. Também de acordo com o Diagnóstico social, das pessoas que se encontram em situação de rua em Florianópolis, a maior parte está na cidade a no máximo 5 anos (totalizando 364 das 488 respostas), apenas 59 pessoas se encontram na cidade a mais de 20 anos.

3.3. Equipamentos de apoio em Florianópolis

- Abordagem Social
- 02 CAPS AD
- CAPS II
- 02 Casas de acolhimento (do município)
- 01 Casa de Passagem
- Centro POP
- Consultório na rua
- CRAS
- CREAS
- UBS



Equipamentos de apoio
Sem escala
Elaboração própria

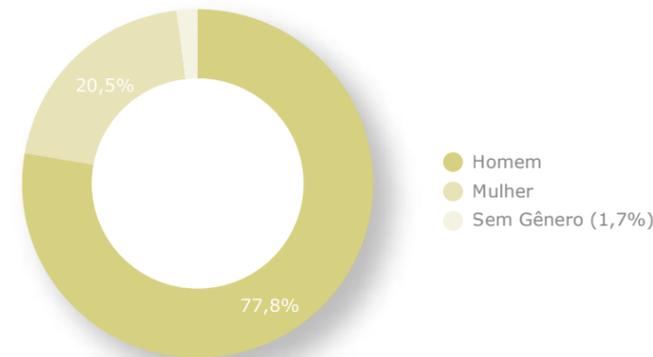
3.4. Perfil da população em situação de rua em Florianópolis

Os dados coletados são resultado da pesquisa do Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis e retratam a realidade de quem se encontra nas ruas em Florianópolis.

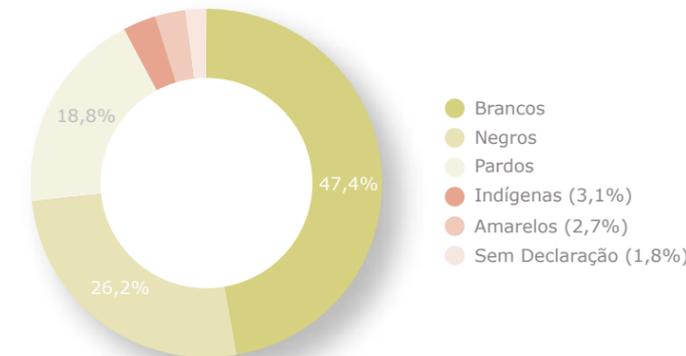
A população em situação de rua é predominantemente masculina e está principalmente dividida entre brancos, negros e pardos. Das 938 respostas com relação à idade, 30% dos entrevistados declararam ter mais de 50 anos, 65% estão na faixa etária de 30 a 49 anos e apenas 5% têm até 29 anos. De acordo com o Diagnóstico, dos entrevistados, quase 70% está a menos de 5 anos em situação de rua, 50% vive na Grande Florianópolis à menos de 1 ano e 20% são nascidos em Florianópolis.

Das 933 respostas dos entrevistados, um total de 92% da população em situação de rua declarou que sabe ler e escrever, enquanto o restante estava dividido em pessoas que não sabem ler e escrever e pessoas que sabiam escrever apenas o nome.

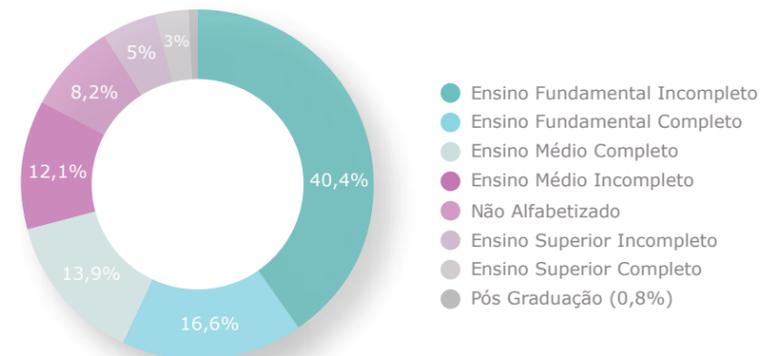
COM QUAL GÊNERO SE IDENTIFICA?
934 respostas



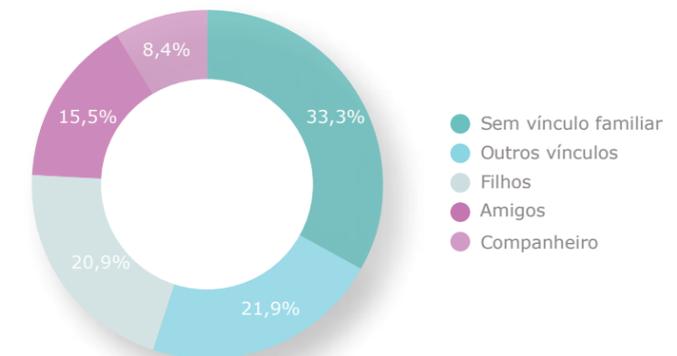
ETNIAS
933 respostas



ESCOLARIDADE
924 respostas

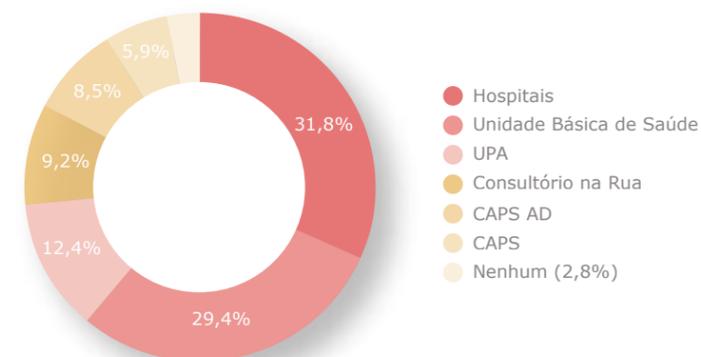


VÍNCULOS FAMILIARES
933 respostas

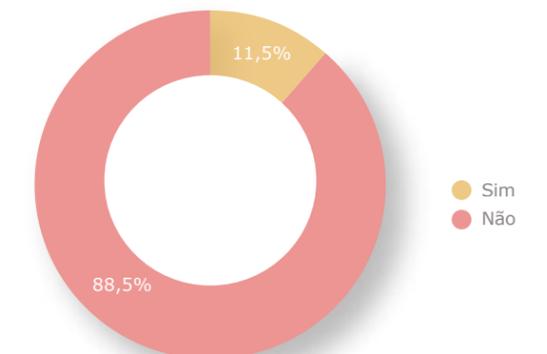


41% responderam que não possuem nenhum vínculo familiar ou afetivo e vivem sozinhos nas ruas. 35% da população mencionou ter contato com seus filhos e companheiros.

SERVIÇOS DE SAÚDE FREQUENTADOS
920 respostas



TEVE DIFICULDADE DE ACESSO A ALGUM DESSES SERVIÇOS?
911 respostas

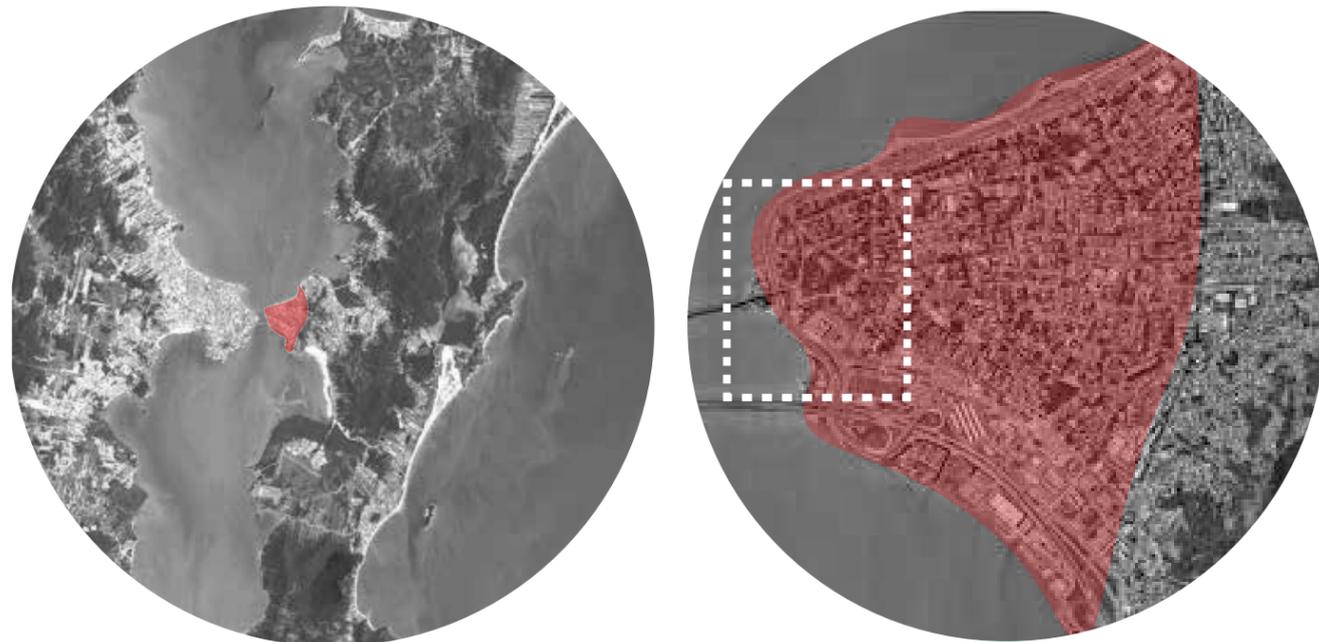


Dentre os problemas relatados, os principais foram a demora no atendimento, o preconceito e a discriminação.

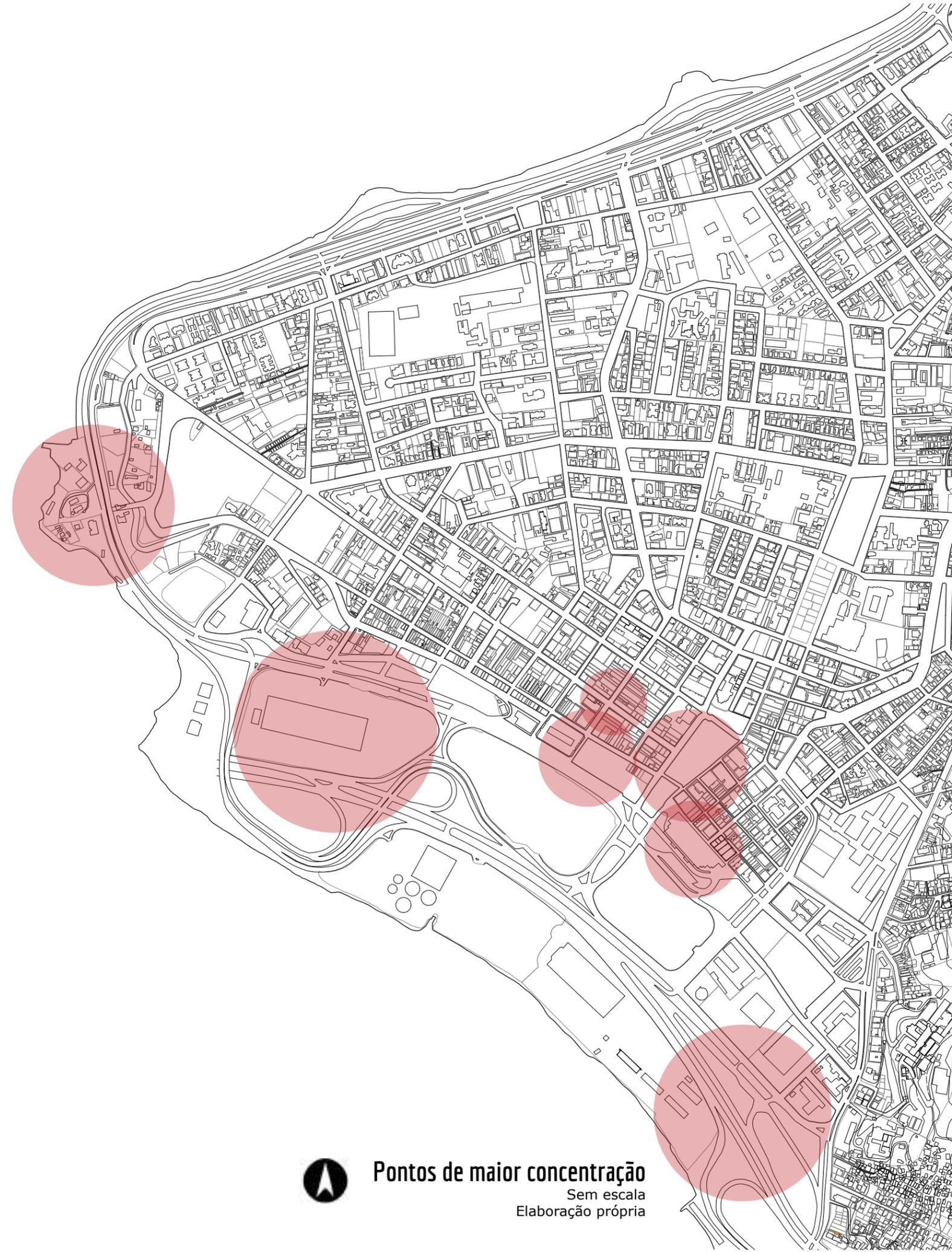
4. Escolha do local de implantação

A busca por um local para a implantação do projeto contou com certos parâmetros, sendo eles:

- 1 - Áreas de maior concentração da população em situação de rua
- 2 - Áreas frequentadas pelo restante da população
- 3 - Proximidade com os equipamentos de apoio
- 4 - Diagnóstico do local
- 5 - Escolha dos terrenos



Os principais parâmetros para a implantação do projeto foram os locais de maior concentração da população em situação de rua em Florianópolis, e a necessidade de posicioná-lo onde pudesse ser confrontado pelo restante da população. Sendo assim, a busca por um terreno de intervenção se concentrou nas áreas centrais da cidade.



Pontos de maior concentração

Sem escala
Elaboração própria

4.1. Escolha do terreno

O centro da cidade é amplamente frequentado pelos dois públicos alvo do projeto, que são a população em situação de rua e o restante da população. Como um dos objetivos principais do projeto é dar visibilidade à população em situação de rua e dificultar o velho hábito de “olhar para o outro lado”, primeiro foram pesquisados terrenos vazios no centro da cidade pelos quais o fluxo de pessoas fosse grande, de modo a dificultar que uma intervenção a favor da população em situação de rua passasse em branco.

Através deste levantamento de terrenos vazios e prédios abandonados, foi feita a escolha do primeiro ponto de intervenção. Um edifício atualmente sem uso que se encontra na Rua Conselheiro Mafra ao lado da casa do povo, e tem a outra fachada voltada para o largo da alfândega. Esta edificação foi escolhida principalmente por ser próxima aos locais de maior concentração da população em situação de rua no centro da cidade e também por ser um local de grande fluxo de pessoas, podendo a partir de sua localização, cumprir o objetivo de dar maior visibilidade para a população das ruas.

Tendo em vista que o prédio escolhido não seria capaz de abrigar o programa inteiro de projeto, foi necessária uma nova busca dentro os espaços do centro da cidade que poderiam ser utilizados. Para esta nova busca, os terrenos vazios do centro da cidade, estudados no levantamento anterior, foram descartados por também não possuírem uma área satisfatória o suficiente para o programa a ser implantado.

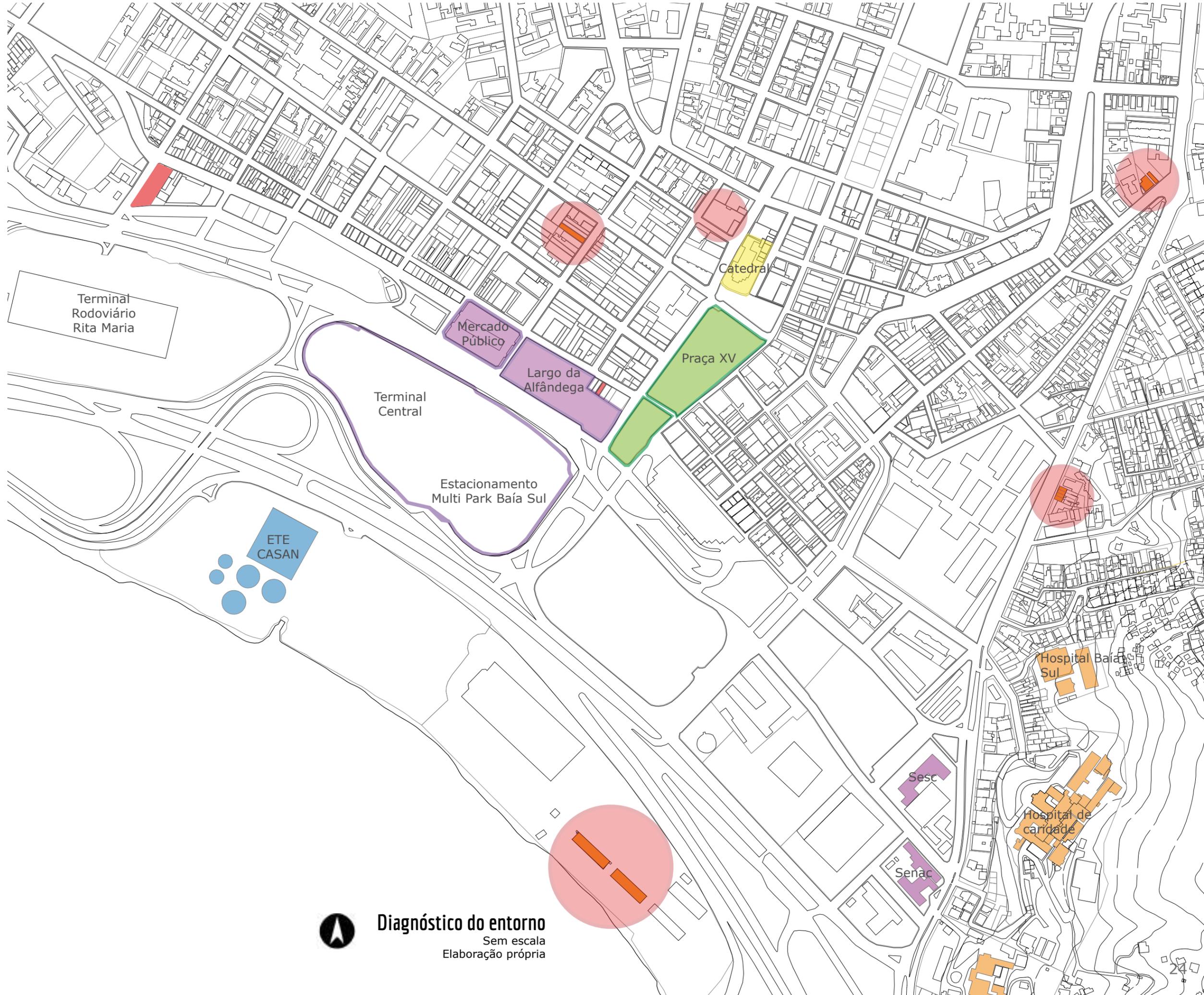
A partir disto, e também de uma das diretrizes de projeto de “Recuperar prédios e pessoas”, foram escolhidos dois terrenos de uma mesma quadra, que atualmente abrigam dois estacionamentos, e tem a particularidade de estarem abrigados por um muro antigo, protegido por uma P2. (Plano diretor Florianópolis). Os terrenos possuem fachadas para as ruas Padre Roma, Francisco Tolentino e Dr. Frederico Rola.



Terrenos de intervenção

Sem escala
Elaboração própria

4.2. Diagnóstico



Diagnóstico do entorno

Sem escala
Elaboração própria

4.3. Análise do entorno



Mapa de zoneamento de Florianópolis. Fonte: Plano diretor de Florianópolis.

Ambos os terrenos escolhidos se encontram em uma área denominada pelo Zoneamento como ACM 12.5 (área mista central). De acordo com o Plano Diretor de Florianópolis, Área Mista Central (AMC) se caracteriza por ser de alta densidade, complexidade e miscigenação, destinada a usos residenciais, comerciais e de serviços.

Os terrenos também estão inseridos em uma área predominantemente mista do polígono central de Florianópolis, com algumas áreas comunitárias institucionais entre eles, como o Mercado Municipal, o terminal rodoviário Rita Maria, o Terminal Central de Integração, a área também é próxima à AVL caracterizada pelo Largo da Alfândega e a Praça XV.



Foto: Prédio de intervenção Conselho Mafra Fonte: Acervo pessoal.



Foto: Prédio de intervenção Rua Padre Roma Fonte: Acervo pessoal.



5. Parâmetros Projetuais

5.1. Uso e ocupação do solo

Para que se possa propor um projeto, devemos consultar as normas de uso e ocupação do solo, as mesmas estão especificadas no Plano Diretor para a área em que se encontra o terreno. Como citado anteriormente, os dois terrenos se encontram em uma AMC - área mista central, os dois terrenos também se enquadram na categoria de P2, isso significa que são considerados patrimônio: "P2 - Imóvel partícipe de conjunto arquitetônico cujo interesse histórico está em ser desse conjunto, devendo ser exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano." Decreto nº 521/89.

5.2. Insolação do terreno



Insolação verão 9h

Insolação verão 12h

Insolação verão 18h

5.3. Condições climáticas

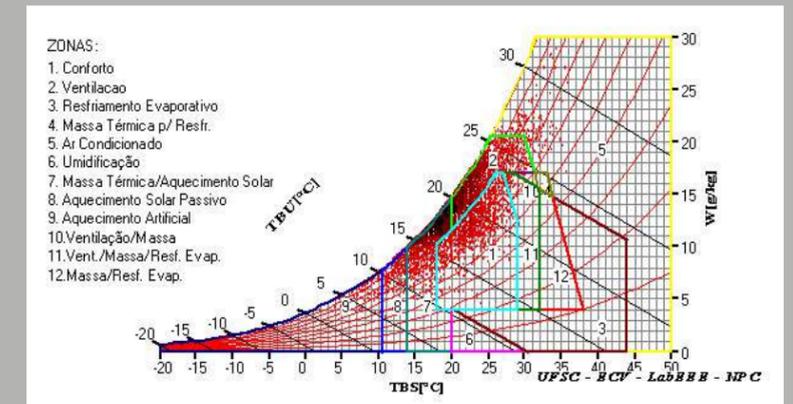
As condições climáticas do local de implantação são de grande importância para as escolhas projetuais. Para melhor atender as necessidades de cada localidade, existem dois fatores de maior relevância, que são: ventilação e insolação. Os dados levantados são referentes à cidade de Florianópolis, onde o projeto será implantado. Florianópolis está na região sul do Brasil, e se enquadra no clima subtropical.

A leitura da carta bioclimática de Florianópolis nos permite observar que a variação de temperatura na cidade ao longo do ano é grande, chegando a alcançar 30 °C. As zonas indicadas na carta bioclimática indicam as melhores estratégias a serem aplicadas de acordo com o clima apresentado. A partir das análises das estratégias, fica claro que existem duas condições que se destacam ao longo do ano, a necessidade de resfriamento durante o verão e da inércia térmica durante o período de inverno.

Além desta análise, a consulta à NBR 15220-3, responsável por definir as diferentes Zonas bioclimáticas brasileiras e a partir disto traçar estratégias construtivas para cada uma, enquadra Florianópolis na Zona 3.

Dentro desta zona as estratégias construtivas são de ventilação cruzada para o período de verão e de aquecimento solar da edificação (inércia térmica) para o período do inverno. A norma também define que as aberturas para insolação devem representar entre 15 e 25% da área de piso do ambiente em que está inserida e devem contar com estratégias de sombreamento que permitam a entrada de insolação apenas durante o período de inverno.

Ademais, a Norma também aponta os melhores índices construtivos dos materiais para que se possa obter o conforto térmico.



6. Programa



7. Projeto

Com base no que já foi evidenciado até agora, é que se fundamentará o projeto proposto por este trabalho. De acordo com o panorama de Florianópolis, a análise sobre a opinião geral a respeito das pessoas em situação de rua, assim como suas necessidades e os pontos destacados pelo Decreto Lei 7053, é que se dará essa proposta de projeto.

É buscando atender o inciso II do artigo 15 do decreto lei 7053: "apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local; " que esta proposta será feita. Ainda que um ponto específico do cenário geral, a criação de um centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua abrange várias entidades que se relacionam ao assunto.

A primeira questão que surge, com relação à Florianópolis é a conexão entre essas entidades: ela existe? Por "entidades" podemos entender as ONGs, iniciativas do governo, igrejas, iniciativas da saúde e tantos outros que se dispõem a de alguma forma, ajudar o indivíduo em situação de rua na cidade de Florianópolis. Quando existente, qual é o nível dessa comunicação, e como ela poderia ser melhorada? Esse é um dos pontos que a proposta do centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua aqui exposta buscará sanar.

O projeto propõe colocar à disposição da população em situação de rua, o apoio de profissionais adequados para ajudá-los. Seriam esses representados por profissionais que possam prover informação sobre como ter acesso à área da saúde, assistência social, saúde mental, dentre outros, de acordo com as necessidades desses indivíduos.

A proposta tem também por intuito buscar a descentralização desse centro de apoio, sendo composto por não um ponto único dentro da cidade, mas diversas atividades que se deem ao longo do percurso entre os edifícios de intervenção, que se relacionem com o usuário e possam criar uma rotina com o indivíduo em situação de rua. Desse modo podemos quebrar a estigmatização geralmente feita pela população das cidades quanto à um albergue ou centro de ajuda à população em situação de rua, que geralmente são evitados por aqueles que não precisam deles e ao mesmo tempo podemos criar um vínculo com as pessoas em situação de rua, fazendo com que estas desloquem-se pela cidade de acordo com os cronogramas de apoio e atividades propostas.

Além disso, um grande ponto de integração com a população em situação de rua é a implantação do restaurante popular, que é aberto a toda população, o que incentivaria também o convívio entre grupos. Junto com a proposta de intervenções culturais, como teatro na rua, dança, brechó, entre outros em pontos estratégicos do percurso, funcionaria como um método de fortalecer a criação deste vínculo e integração.

Para que este tipo de abordagem obtenha sucesso, a criação de um vínculo com a população em situação de rua é essencial, então é necessário, além da iniciativa inicial de se criar uma proposta de projeto que abrace as principais necessidades dessa população, é preciso que exista a capacitação e a sensibilização dos profissionais que atuarão no projeto com relação à população em situação de rua. É necessário que se tenha em mente que se o apoio ali oferecido é para semelhantes: pessoas, em uma situação que difere da considerada "normal". A conscientização dos profissionais e principalmente, seu senso de empatia é fundamental, para que se crie uma conexão efetiva com esses indivíduos e se possa ajudá-los de fato.



Esse projeto busca estudar a situação dos moradores de rua da grande Florianópolis. As indagações iniciais se dão em relação a: Quem são essas pessoas? Quais suas histórias? Do que precisam? Porque estão na rua? Possuem o desejo de mudar sua realidade atual? Esses e tantos outros questionamentos surgem quando abordamos o tema.

A partir destes questionamentos e do estudo da população em situação de rua, por meio de experiências junto da mesma e da análise de sua vivência do centro da cidade, resolvi tomar partido de edificações abandonadas e subutilizadas dentro do quadrante central de Florianópolis. Como exposto anteriormente, um dos terrenos abriga dois estacionamentos e um muro protegido por P2 e o outro prédio se encontra sem uso e fica no largo da Alfândega, uma área onde transitam muitas pessoas diariamente, de maneira a permitir que a intervenção cause impacto.

A escolha destas edificações se deu junto do ideal principal de partido para este projeto "Recuperar prédios e pessoas em situação de abandono". A partir disto e do ideal de integração entre as populações, estes prédios irão abrigar atividades que alcancem todos os públicos. No projeto construído a proposta é a criação de um restaurante popular térreo com quartos para abrigar a população em situação de rua nos andares acima. Assim como banheiros públicos, um pátio para atividades culturais, entre outras utilidade. Paralelamente a intervenção no outro prédio se dá de maneira mais artística do que arquitetônica, a proposta é abrir seu andar térreo, de modo a possibilitar a passagem direta entre o Largo da alfândega e a rua Conselheiro Mafra e abrigar dentro do prédio exposições, aulas de teatro, dança, dentre outras atividades que sejam capazes de dar voz à população de rua e criar a integração com o restante da população, uma vez que as atividades serão abertas para todos.

7.1. Tectônica

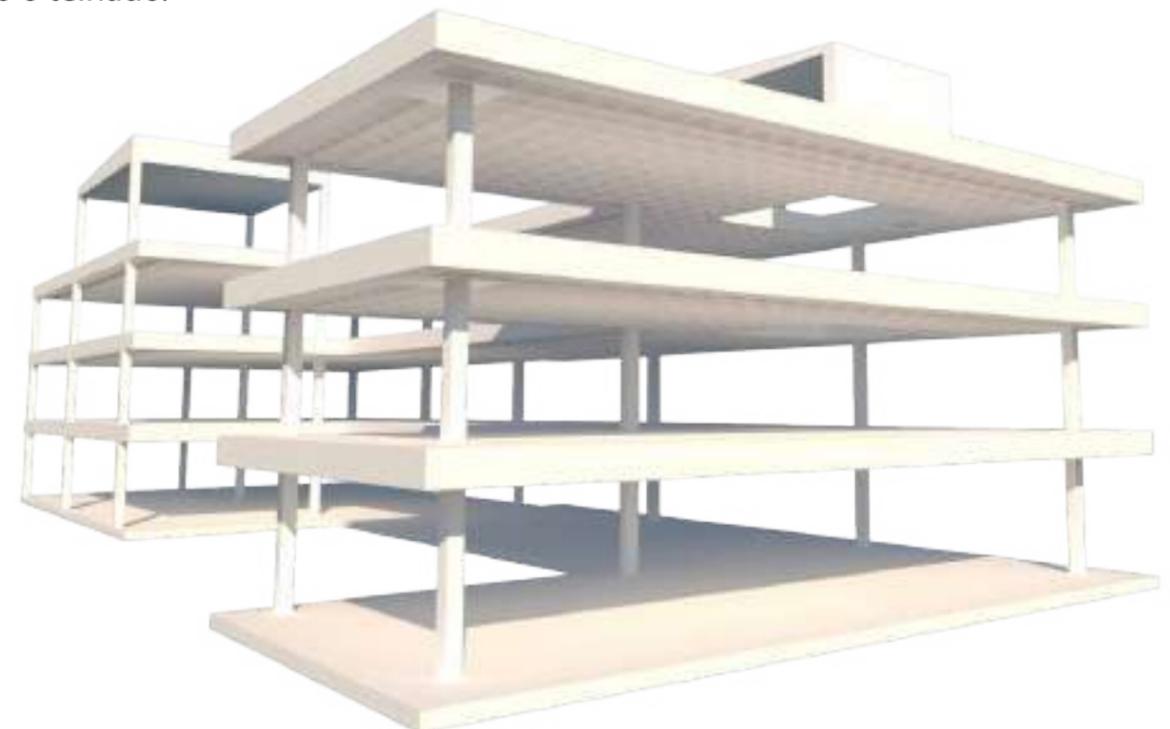
Para o lançamento do projeto estrutural foram considerados fatores como o partido do projeto: o ideal de grandes vãos para as atividades planejadas, o limite de altura imposto pelo muro pré existente, a disposição dos ambientes e a construtibilidade do projeto.

O lançamento estrutural se deu com base nas análises apresentadas no livro A Concepção estrutural e a arquitetura, de Yopanan Rebello. A partir da investigação dos diferentes sistemas construtivos e do estudo de qual poderia melhor atender as necessidades de projeto, foi escolhida a laje nervurada pela sua versatilidade e sua capacidade de atender grandes vãos. O maior vão a ser vencido pela estrutura foi de 20 metros, a partir deste vão que se pode calcular a altura da laje nervurada a ser adotada, no caso deste projeto, a altura final da laje ficou com 60 cm, também com base na "A concepção estrutural e a arquitetura".

Também é importante ressaltar que para o lançamento das estruturas foi considerada a laje nervurada com a utilização de vigas-faixa e capitéis. O sistema construtivo da escada se dá através do apoio em uma das vigas faixa por um lado e no cabeamento de seu patamar, sustentados por tirantes que se ligam à laje superior.

Com relação ao grande vão central do pátio, que possui uma cobertura responsável por vencer 18 metros, a escolha de sua estrutura, responsável por vencer esta distância se apoiando em duas vigas faixa e suportar o fechamento de vidro, se deu pelo diferencial de um ser material que possa funcionar bem com este comprimento e que ao mesmo tempo não ficasse de uma altura muito grande no projeto. Sendo assim, foi escolhido o uso do aço para a estrutura destas vigas, que de acordo com Yopanan, ficarão com 90cm de altura em seu maior comprimento e podem ser intervaladas a cada 7 metros.

A solução escolhida para a cobertura foi o uso do telhado com 5% de inclinação, com o uso da telha de fibrocimento e a impermeabilização dos locais onde não é utilizado o telhado.



7.2. PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO

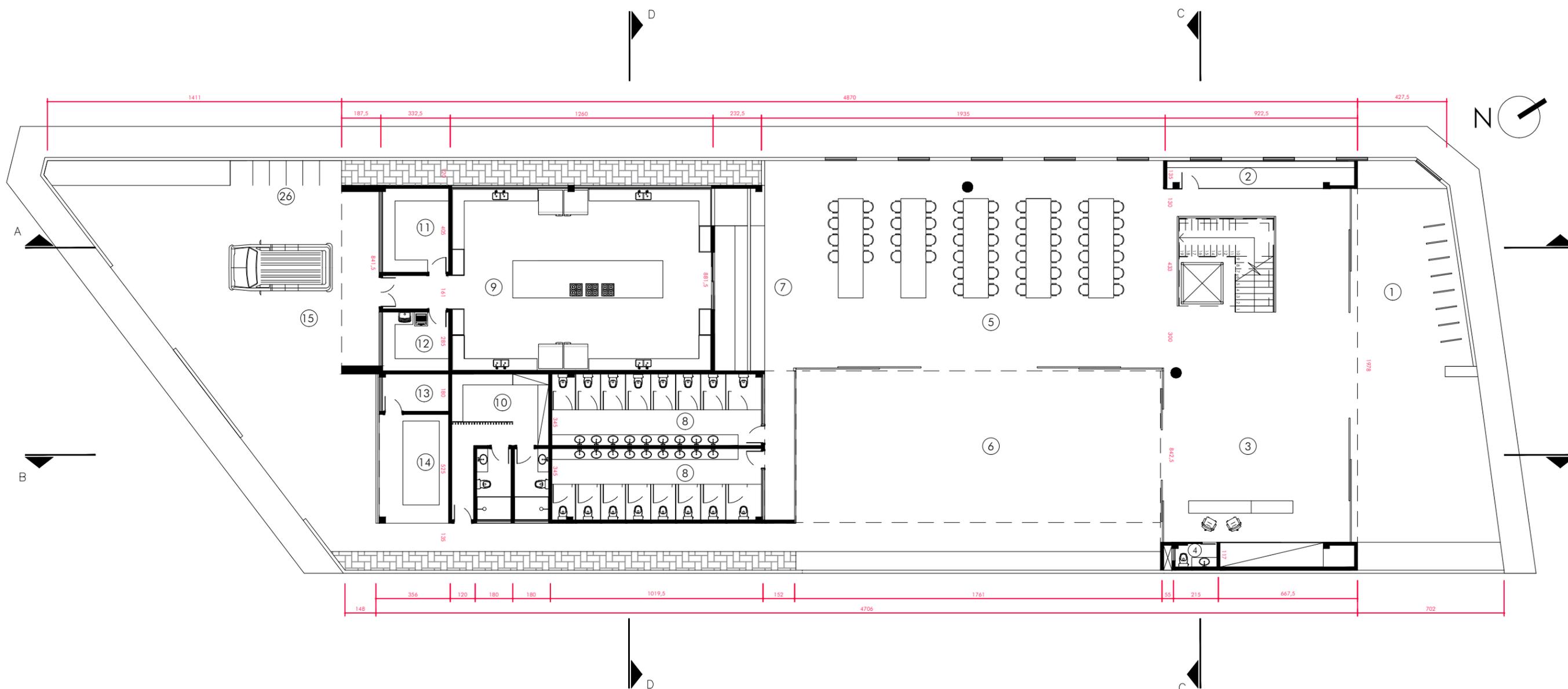
Esc. 1:200

- 1- Bicletário
- 2- Armário para utilidades prediais
- 3- Recepção do restaurante popular
- 4- Banheiro de funcionários
- 5- Restaurante popular
- 6- Pátio
- 7- Distribuição de alimentos
- 8- Banheiro público
- 9- Cozinha

- 10- Vestiário dos funcionários
- 11- Despensa
- 12- Depósito material de limpeza
- 13- Casa de gás
- 14- Depósito de lixo
- 15- Carga e Descarga- Veículos
- 16- Circulação vertical
- 17- Recepção do abrigo
- 18- Sala de reuniões

- 19- Sala dos funcionários
- 20- Salão de convivência
- 21- Quarto abrigo
- 22- Banheiros abrigo
- 23- Lavanderia
- 24- Reservatório de água
- 25- Quarto abrigo
- 26- Estacionamento*

* Estacionamento para pertences (como carrinhos) trazidos pelos usuários da casa de apoio



7.2.PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO

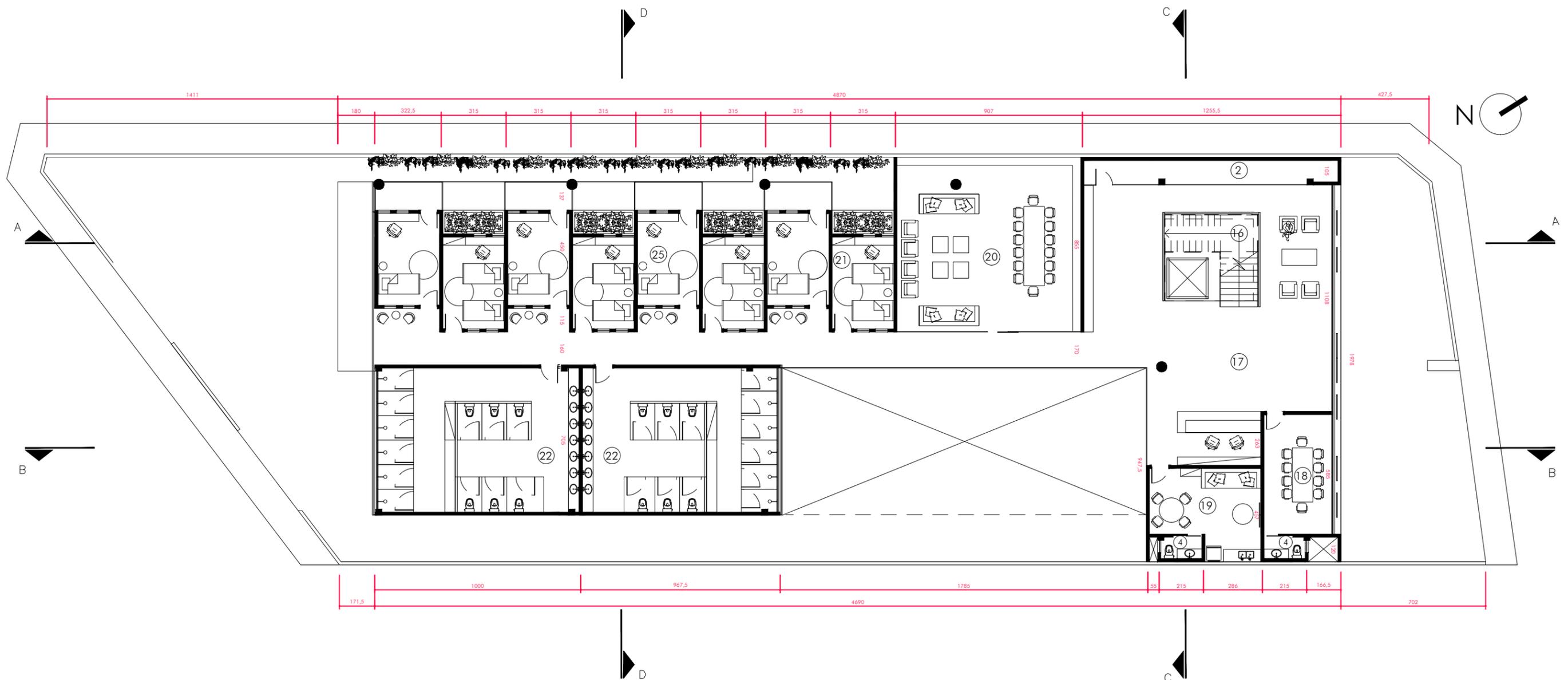
Esc. 1:200

- 1- Bicicletário
- 2- Armário para utilidades prediais
- 3- Recepção do restaurante popular
- 4- Banheiro de funcionários
- 5- Restaurante popular
- 6- Pátio
- 7- Distribuição de alimentos
- 8- Banheiro público
- 9- Cozinha

- 10- Vestiário dos funcionários
- 11- Despensa
- 12- Depósito material de limpeza
- 13- Casa de gás
- 14- Depósito de lixo
- 15- Carga e Descarga- Veículos
- 16- Circulação vertical
- 17- Recepção do abrigo
- 18- Sala de reuniões

- 19- Sala dos funcionários
- 20- Salão de convivência
- 21- Quarto abrigo
- 22- Banheiros abrigo
- 23- Lavanderia
- 24- Reservatório de água
- 25- Quarto abrigo
- 26- Estacionamento*

* Estacionamento para pertences (como carrinhos) trazidos pelos usuários da casa de apoio



7.2.PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO

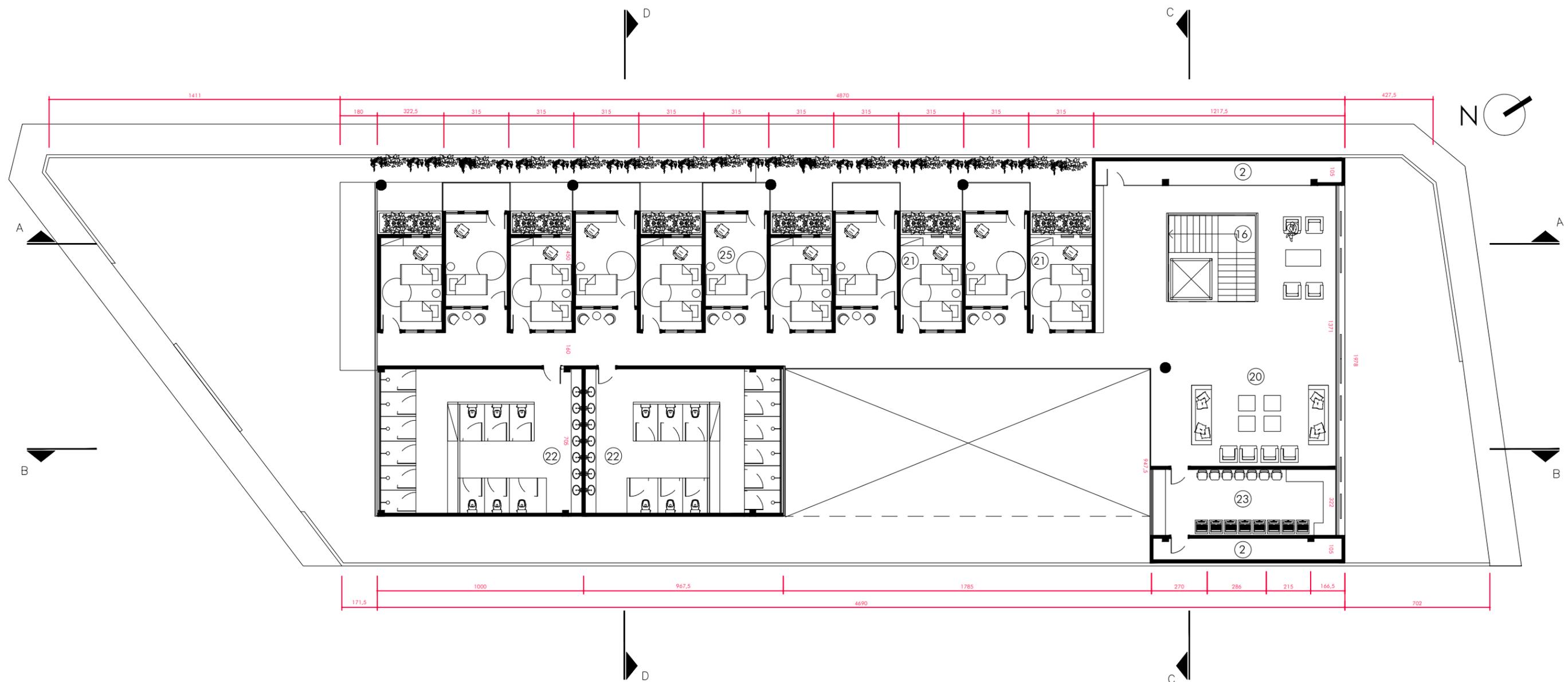
Esc. 1:200

- 1- Bicicletário
- 2- Armário para utilidades prediais
- 3- Recepção do restaurante popular
- 4- Banheiro de funcionários
- 5- Restaurante popular
- 6- Pátio
- 7- Distribuição de alimentos
- 8- Banheiro público
- 9- Cozinha

- 10- Vestiário dos funcionários
- 11- Despensa
- 12- Depósito material de limpeza
- 13- Casa de gás
- 14- Depósito de lixo
- 15- Carga e Descarga- Veículos
- 16- Circulação vertical
- 17- Recepção do abrigo
- 18- Sala de reuniões

- 19- Sala dos funcionários
- 20- Salão de convivência
- 21- Quarto abrigo
- 22- Banheiros abrigo
- 23- Lavanderia
- 24- Reservatório de água
- 25- Quarto abrigo
- 26- Estacionamento*

* Estacionamento para pertences (como carrinhos) trazidos pelos usuários da casa de apoio



7.2. PLANTA BAIXA RESERVATÓRIO DE ÁGUA

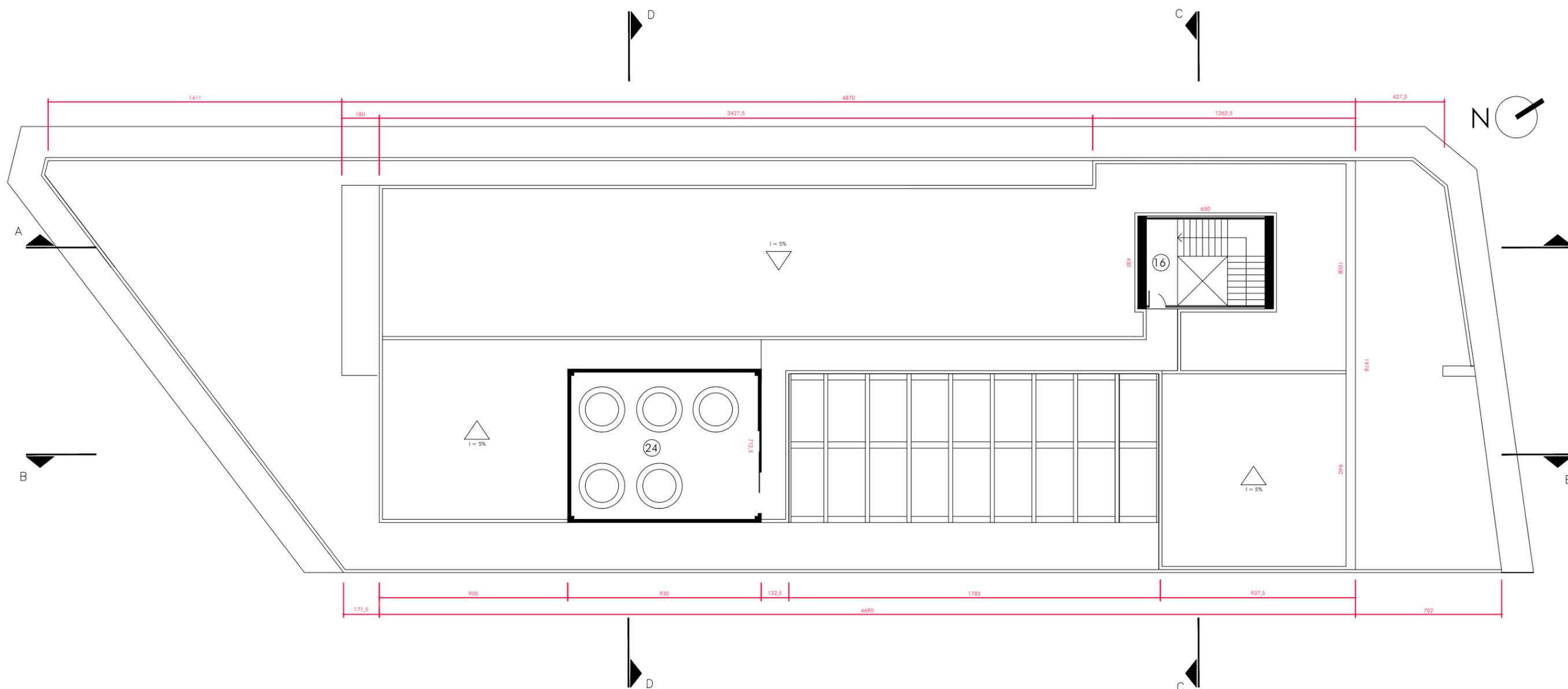
Esc. 1:200

- 1- Bicicletário
- 2- Armário para utilidades prediais
- 3- Recepção do restaurante popular
- 4- Banheiro de funcionários
- 5- Restaurante popular
- 6- Pátio
- 7- Distribuição de alimentos
- 8- Banheiro público
- 9- Cozinha

- 10- Vestiário dos funcionários
- 11- Despensa
- 12- Depósito material de limpeza
- 13- Casa de gás
- 14- Depósito de lixo
- 15- Carga e Descarga- Veículos
- 16- Circulação vertical
- 17- Recepção do abrigo
- 18- Sala de reuniões

- 19- Sala dos funcionários
- 20- Salão de convivência
- 21- Quarto abrigo
- 22- Banheiros abrigo
- 23- Lavanderia
- 24- Reservatório de água
- 25- Quarto abrigo
- 26- Estacionamento*

* Estacionamento para pertences (como carrinhos) trazidos pelos usuários da casa de apoio



7.2. PLANTA DE COBERTURA

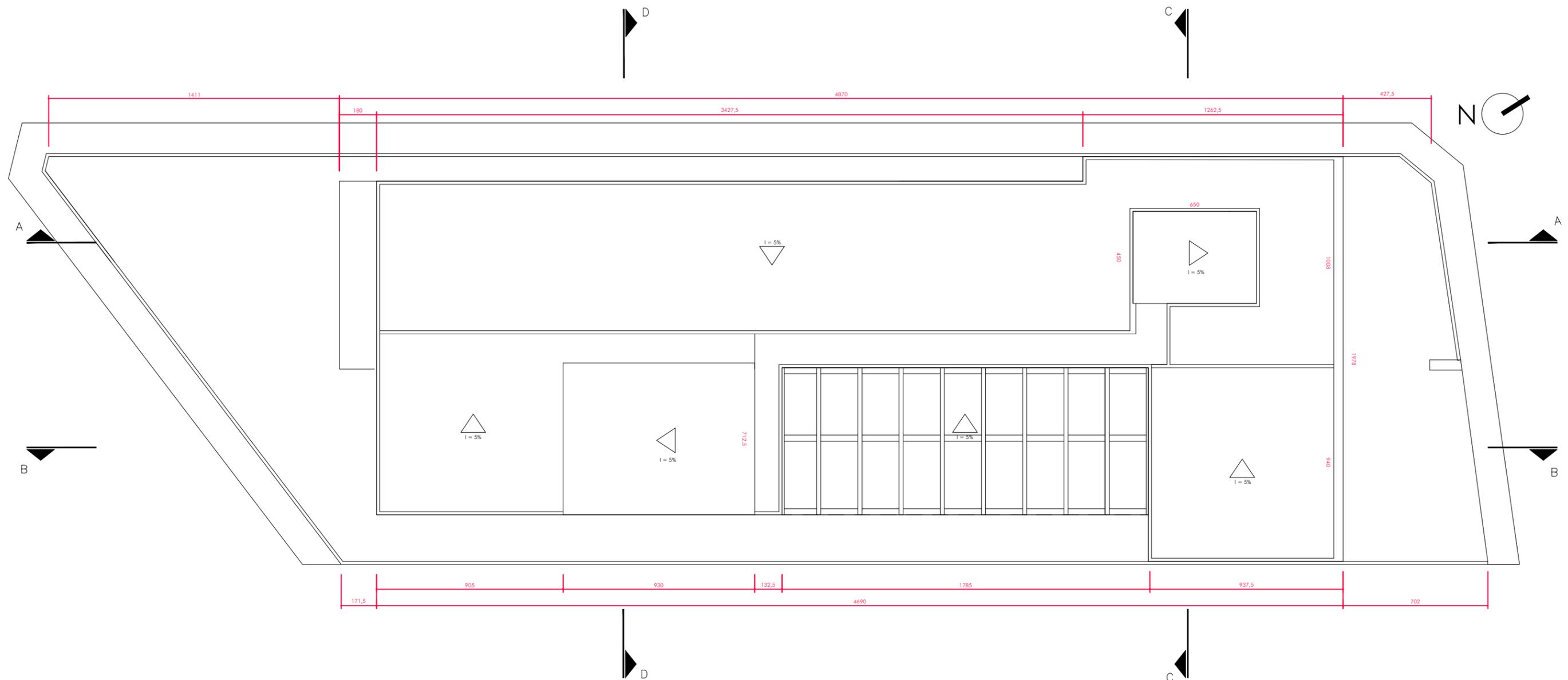
Esc. 1:200

- 1- Bicicletário
- 2- Armário para utilidades prediais
- 3- Recepção do restaurante popular
- 4- Banheiro de funcionários
- 5- Restaurante popular
- 6- Pátio
- 7- Distribuição de alimentos
- 8- Banheiro público
- 9- Cozinha

- 10- Vestiário dos funcionários
- 11- Despensa
- 12- Depósito material de limpeza
- 13- Casa de gás
- 14- Depósito de lixo
- 15- Carga e Descarga- Veículos
- 16- Circulação vertical
- 17- Recepção do abrigo
- 18- Sala de reuniões

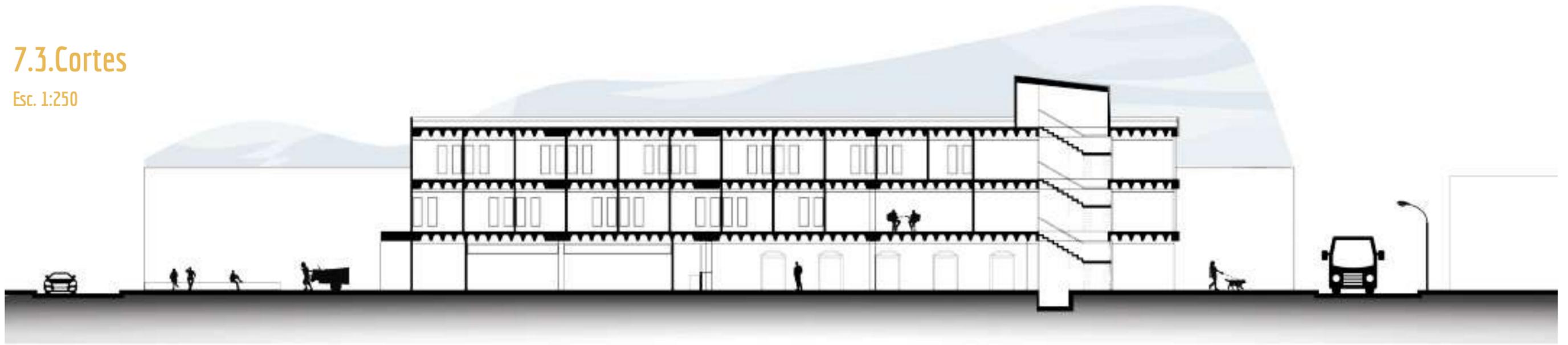
- 19- Sala dos funcionários
- 20- Salão de convivência
- 21- Quarto abrigo
- 22- Banheiros abrigo
- 23- Lavanderia
- 24- Reservatório de água
- 25- Quarto abrigo
- 26- Estacionamento*

* Estacionamento para pertences (como carrinhos) trazidos pelos usuários da casa de apoio



7.3.Cortes

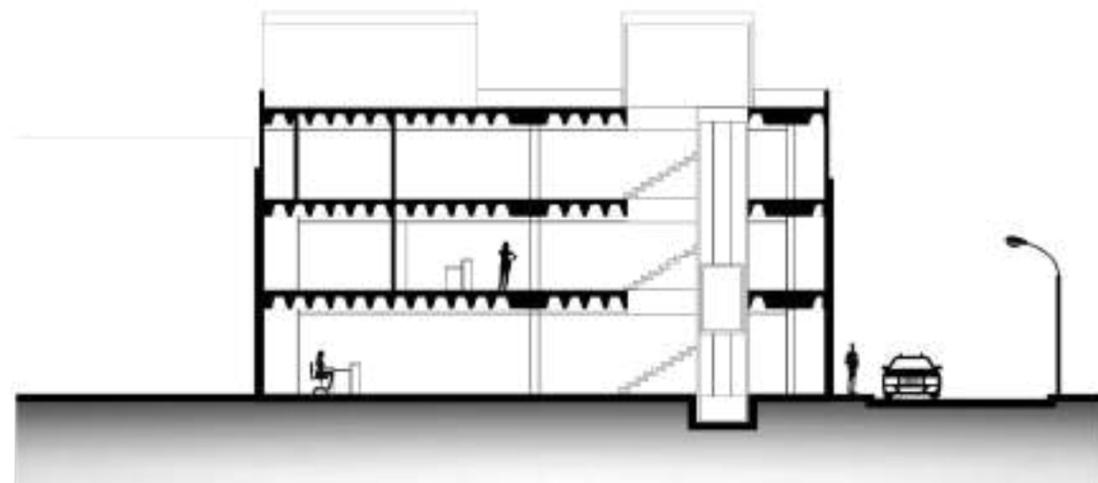
Esc. 1:250



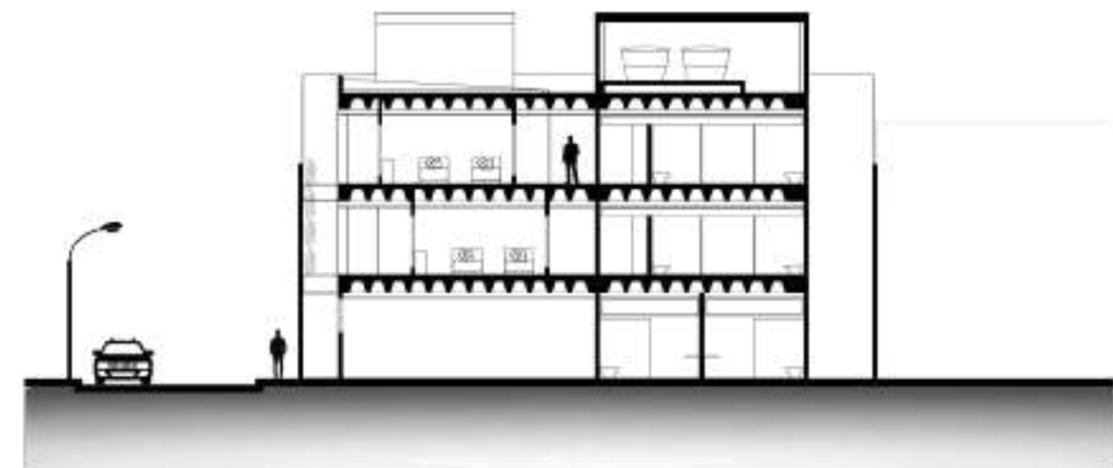
Corte AA



Corte BB



Corte CC



Corte DD

8. Modelo 3D















